

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	16
Balancos patrimoniais	20
Demonstrações do resultado	21
Demonstrações do resultado abrangente	22
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	23
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	24
Demonstrações do valor adicionado	25
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	26

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.
CNPJ 79.430.682/0001-22
Relatório da Administração 31 de dezembro de 2020

Senhores acionistas,

Curitiba, Estado do Paraná, 10 de março de 2021 – A Farmácia e Drogarias Nissei S.A., apresenta a suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2020, as comparações de resultado dos doze meses de 2020 usam como base os doze meses de 2019.

As demonstrações da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Sumário

Valores referentes as demonstrações financeiras consolidadas:

Sumário (valores em milhares de Reais)	2018	2019	2020
Nº de Lojas	282	298	307
Nº de Colaboradores *	5.100	5.319	5.385
Receita Bruta	1.391.034	1.559.559	1.694.838
Lucro Bruto (R\$)	460.216	506.974	552.786
Lucro Bruto (%)	33,20%	32,50%	32,60%
EBITDA (R\$) **	63.135	136.708	205.164
EBITDA (%)	4,6%	8,8%	12,1%
Resultado Líquido (R\$)	(16.073)	(14.241)	(6.506)
Resultado Líquido (%)	-1%	-1%	0%

* Desconsiderados funcionários afastados.

** No exercício de 2018, a Companhia não possui reflexo do IFRS 16 em suas demonstrações contábeis.

A Companhia tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos, dermocosméticos, produtos alimentícios de conveniência em geral e serviços correlatos a agente de saúde.

Constantemente a administração da Companhia avalia o desempenho de suas operações e resultados de suas lojas, direcionando as estratégias comerciais, definindo locais e formato de expansão através de novos pontos comerciais, formas de vendas pelo *omnichannel* (diversos canais em que a empresa atua, inclusive digitais) *mix* de produtos e serviços que são colocados à disposição dos clientes. Conforme a estratégia e resultados obtidos, a administração também estuda o encerramento de unidades deficitárias com resultados abaixo do esperado, bem como a migração de pontos comerciais de forma a buscar melhores resultados.

Investimentos

Os investimentos do exercício de 2020 totalizaram R\$ 22,59 milhões (sem efeitos do IFRS16 / CPC6 (R2)), em comparação com R\$ 23,22 milhões em 2019. Os investimentos para o exercício de 2020 foram direcionados principalmente na expansão de aberturas de novas lojas e migração de pontos bem como, atualização tecnológicas para aprimoramento de controles internos da Companhia.

Investimentos (valores em milhares de Reais)	2018	2019	2020
Expansão e Reformas	62.006	10.025	13.025
Tecnologia da Informação	8.645	2.412	2.867
Outros Investimentos	3.985	10.781	6.707
Total	74.636	23.218	22.599

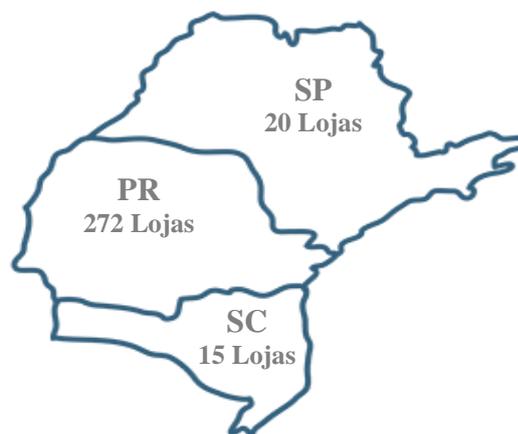
Receita Bruta

A receita bruta acumulada em dezembro de 2020 atingiu R\$ 1.694 milhões, um crescimento de 8,7% em comparação com o mesmo período do ano anterior, o qual resultou em de R\$ 1.559 milhões. A variação na receita foi resultado principalmente da abertura de novas lojas no período e do processo de maturação das lojas abertas em períodos anteriores.



Tivemos nos doze meses de 2020 (12M20) um crescimento médio na venda de mesmas lojas (*Same Store Sales - SSS*) de 5,1%, enquanto que as vendas de lojas maduras (*Mature Same Store Sales - MSSS*), que são aquelas com mais de 3 anos, o crescimento foi de 1,1%.

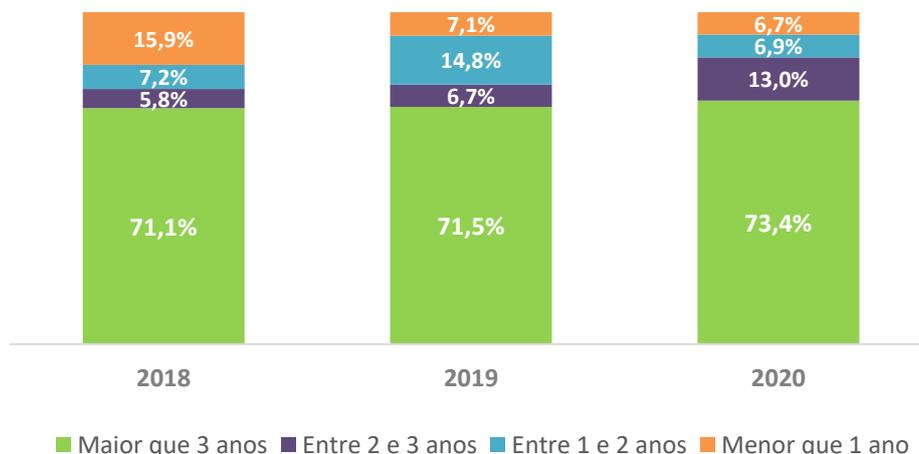
Nos últimos 12 meses inauguramos 21 novas lojas, sendo 8 lojas no segundo semestre. A Companhia permanece com a estratégia de expansão visando a um crescimento sustentável e equilibrado.



Em dezembro de 2020 a Companhia contava com um total de 73,29% das lojas maduras (maiores de 3 anos) e 26,71% ainda em curva de maturação.

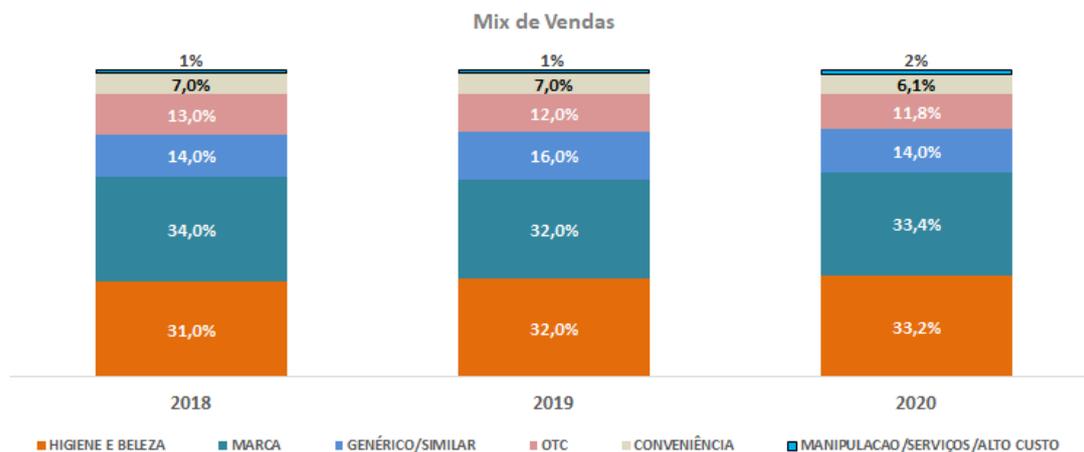
Distribuição etária	2018	2019	2020
Menor que 1 ano	15,88%	7,1 %	6,74%
Entre 1 e 2 anos	7,24%	14,8%	6,83%
Entre 2 e 3 anos	5,78%	6,7%	13,03%
Maior que 3 anos	71,10%	71,5 %	73,4%

Distribuição Etária do Portifólio de Lojas



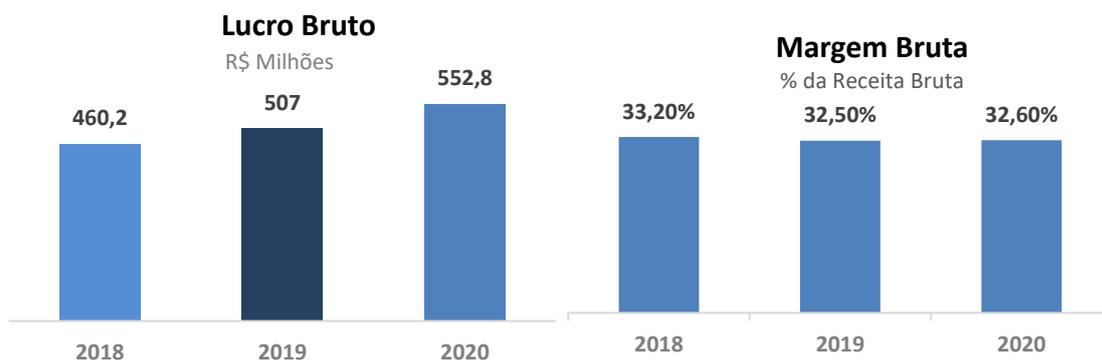
Mix de Vendas

Para acompanhamento das vendas da Companhia, a administração verifica periodicamente o peso de grupos de produtos no montante total das vendas ocorridas e para os períodos em comparação o mix manteve praticamente estável durante o período.



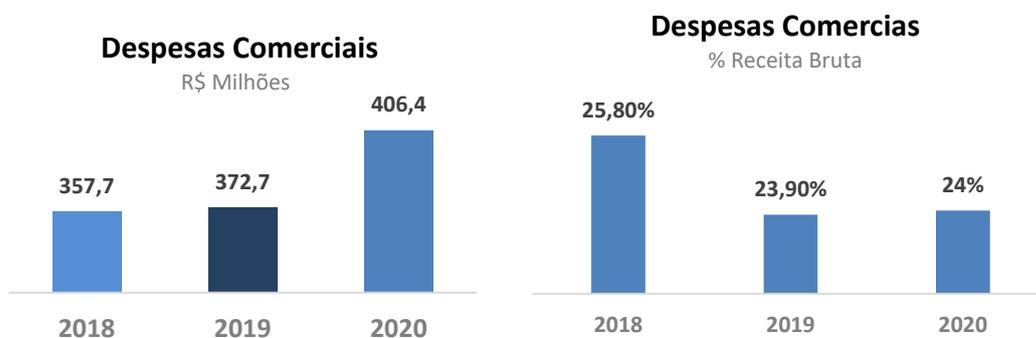
Lucro Bruto e Margem Bruta

A Companhia apresentou em 2020 um lucro bruto acumulado de R\$ 552,8 milhões, 9% maior comparado ao exercício no anterior, o qual somou R\$ 507 milhões. A flutuação se deve ao aumento de vendas que diluiu parte das despesas fixas e algumas automações implementadas pela gestão, não aumentando as despesas proporcionalmente ao faturamento.



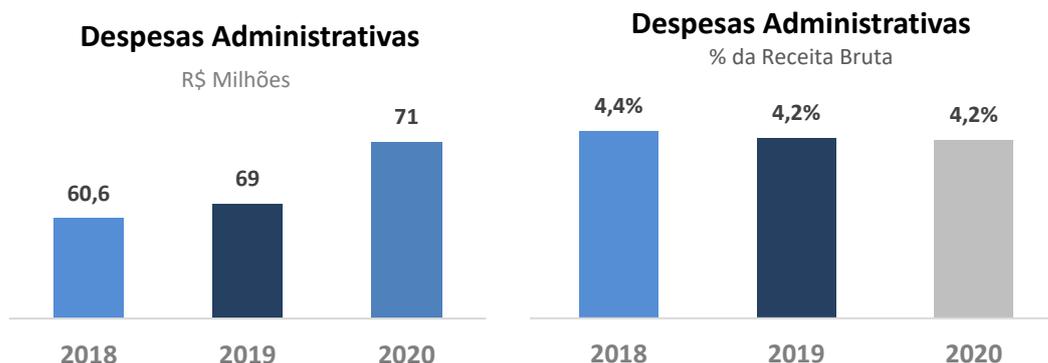
Despesas Comerciais

O total de despesas comerciais no exercício de 2020 foi de R\$ 406,4 milhões, um crescimento de 9% sobre o apresentado no o ano anterior, que foi de R\$ 372,7 milhões. As despesas comerciais representam 24% do total da receita bruta referente ao exercício de 2020, mantendo-se em linha quando comparados com o mesmo indicador do ano anterior.



Despesas Administrativas

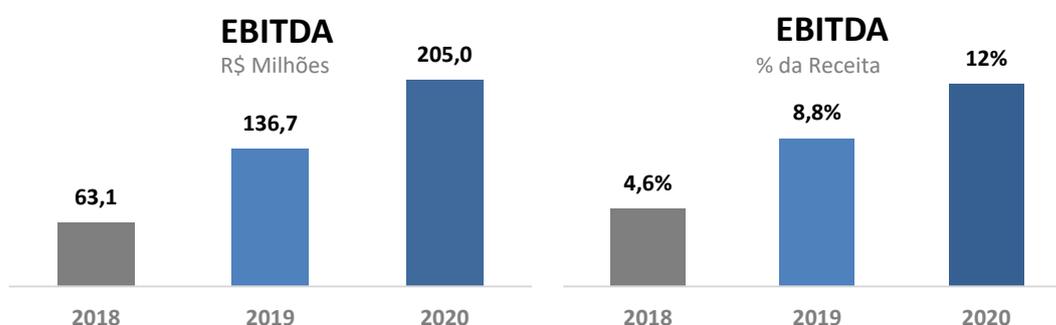
As despesas administrativas durante o exercício de 2020 totalizaram R\$ 71 milhões, sofrendo um aumento de 2,1% comparados com ano anterior, aumento ocasionado principalmente em função do reajuste salarial do ano, atenuado por ações de redução de despesas e algumas despesas suspensas durante o início do COVID-19 quando comparamos o custo administrativo sobre a receita existe uma redução percentual de 0,3p.p.



EBITDA (Lucro antes de juros, impostos sobre lucro, depreciação e amortização)

Em 2020 atingimos um EBITDA de R\$ 205.164 mil, acima do valor registrado no ano anterior, o qual foi de R\$ 136.708 mil. O EBITDA do exercício de 2020 está diretamente relacionado ao aumento de faturamento, redução percentual do custo (CMV) e diluição de despesas administrativas e fixas.

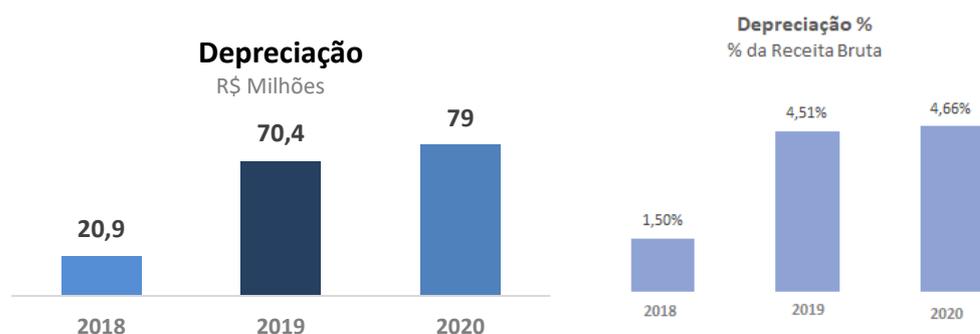
EBITDA (valores em milhares de Reais)	2018	2019	2020
Resultado do exercício	(16.073)	(14.241)	(6.506)
(+) Imposto de renda e contribuição social	(10.606)	(3.855)	6.008
(+) Despesas financeiras, líquidas	68.921	84.393	126.513
(+) Depreciações e amortizações	20.893	70.411	79.149
(=) EBITDA	63.135	136.708	205.164



Para o exercício de 2018, não há reflexos do IFRS 16 / CPC 6(R2) nas demonstrações contábeis da Companhia.

Depreciação e amortização

A depreciação e amortização no exercício de 2020 foi de R\$ 79 milhões, 11% a maior do que o ano anterior. Esse aumento está relacionado principalmente a depreciação dos imóveis de terceiros (considerando tanto as reformas quanto a expansão) pois para fins de cálculos são considerados o prazo do contrato de aluguel vigente, o que acelera sua realização em comparação com o prazo de vida útil do bem.



Resultado financeiro líquidos

As despesas financeiras líquidas atingiram R\$ 127 milhões no exercício de 2020, já no exercício anterior estavam representados pelo montante R\$ 84 milhões.

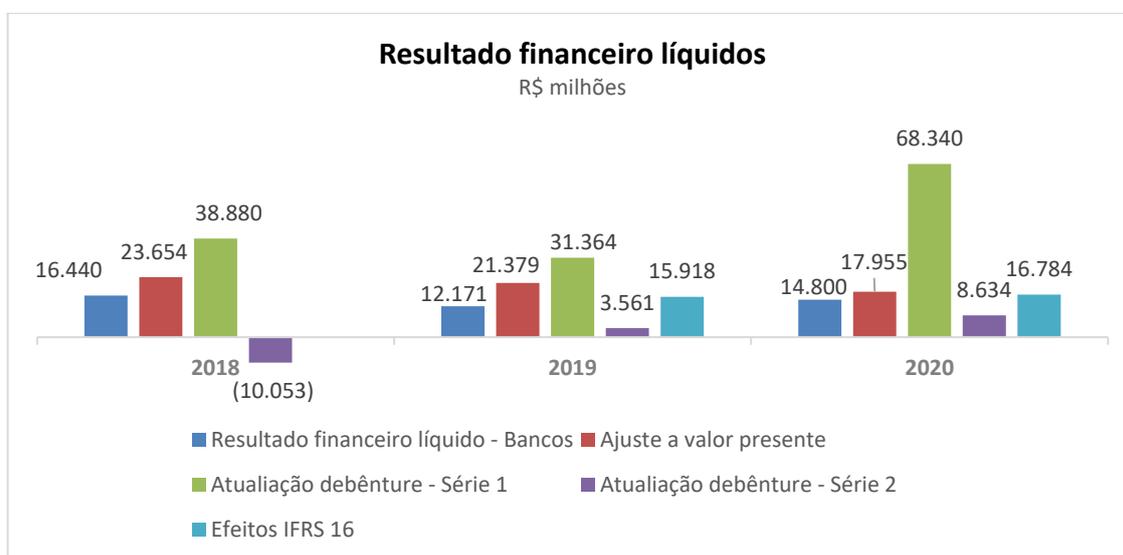
Do total de despesas financeiras incorridas em 2020, 12% corresponde ao resultado líquido financeiro relacionados a operações bancárias (despesas bancárias, juros sobre empréstimos e atualizações de aplicações financeiras), 13% relativo a efeitos IRFS 16 e 14% corresponde a ajuste de valor presente. No que se refere a provisão kicker e atualização debêntures – juros efetivos, a sua representatividade é de 7% e 54% respectivamente do resultado financeiro líquido do período.

O resultado financeiro líquido está assim representado:

Descrição (valores em milhares de Reais)	2018	2019	2020
Resultado financeiro líquido – Bancos (a)	16.440	12.171	14.800
Ajuste a valor presente	23.654	21.379	17.955
Atualização debênture - Série 1	38.880	31.364	68.340
Atualização debênture - Série 2	(10.053)	3.561	8.634
Efeitos IFRS 16	-	15.918	16.784
Total	68.921	84.393	126.513

- (a) O resultado líquido financeiro está assim composto pelas receitas financeiras obtidas por meio de rendimento de aplicação financeira, resultado positivo *Swap* e atualização de processo tributário, no que se refere a despesas financeiras compreende as despesas bancárias, juros passivos, variação cambial e o IOF.

A atualização de juros da série 1 das debêntures é calculada pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. Ao calcular a taxa efetiva de juros a administração deve estimar os fluxos de caixa durante a vida esperada do instrumento financeiro. A série 2 é mensurada a valor justo. Em 2020, tendo em vista a melhor expectativa da Administração, tanto o cronograma de fluxos de pagamentos da série 1 quanto as premissas utilizadas no cálculo do valor justo da série 2 foram atualizados, impactando a taxa de juros efetiva no período. Tais alterações resultaram em um incremento nas despesas financeiras referentes a atualização das debêntures de R\$ 42.049 no exercício de 2020, e em 2018 as debêntures sofreram atualização positiva do valor justo (reconhecida como receita financeira nas demonstrações contábeis).



Resultado do exercício

O resultado líquido da Companhia foi impactado no período pelas despesas financeiras decorrentes da emissão de debênture, incluindo a provisão do *kicker*, sendo a série 1 da referida debênture calculada pelo custo amortizado através do método de juros efetivos, enquanto a série 2 calculada com base no valor justo, essas atualizações contribuíram para um aumento da despesa financeira no montante de R\$ 42 milhões para o exercício de 2020, além da depreciação realizadas

em imóveis de terceiros, à qual é calculado em conformidade ao prazo de contrato de locação, não em relação a vida útil do bem.

Ciclo de Caixa

O ciclo de caixa da Companhia em 2020 manteve-se baixo, tendo encerrado o ano em 15 dias, oscilando em níveis similares aos apresentados em anos anteriores.

Endividamento

A Companhia realizou em outubro de 2017 uma operação de debênture no montante total de R\$ 153.061 mil que foi realizada junto ao CWB - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica, está subdividida em duas séries. A primeira série possui vencimento final em 31 de outubro de 2021 e representa o montante do principal acrescido de 50% dos juros capitalizados menos antecipações facultativas efetuadas (em 31/12/20 era no montante de R\$ 177.268 mil), a segunda série deverá ser liquidada até 29 de outubro de 2023 e é um *kicker* (prêmio) calculado conforme cláusulas de valoração da Companhia, este valor é provisionado e tem o início do direito de exercício a partir do 48º mês do contrato (29 de outubro de 2021) até 29 de outubro de 2023. A Companhia realizou antecipações facultativas de pagamentos dos vencimentos da série 1, nos meses de outubro e novembro de 2020 nos montantes de R\$ 10.000 mil e 15.000 mil, respectivamente. A antecipação seguiu os preceitos dispostos nas cláusulas contratuais, bem como a disponibilidade em caixa.

A conversão das ações somente é aplicável no caso de não pagamento das debêntures, sendo as ações da Companhia garantia do montante devido no vencimento final.

O nível de endividamento líquido da Companhia, ao final de dezembro de 2020 é de R\$ 370,86 milhões, e R\$ 292,32 milhões ao final de dezembro de 2019. Importante ressaltar que o valor atualmente contabilizado compreende os impactos da debênture emitida pela Companhia envolvendo o *kicker* (ou prêmio) provisionado, sem ocorrência de dispêndio financeiro no período.

Abaixo demonstramos o endividamento líquido da Companhia:

Descrição	2018	2019	2020
(-) Empréstimos	138.643	193.036	222.582
(-) Debêntures - Série 1	131.250	149.110	177.268
(-) Debêntures - Série 2	37.041	40.602	49.236
(=) Total de endividamento	306.934	382.748	449.086
(+) Caixas e equivalentes de caixa	29.974	90.427	66.027
(+) Derivativos	-	-	12.193
(=) Dívida Líquida	276.960	292.321	370.866

Política de destinação de resultados do exercício

Em conformidade com a legislação societária, após absorção de prejuízos acumulados, retenção de 5% para reserva legal e distribuição de dividendos mínimos de 10%, o estatuto da Companhia confere aos acionistas o direito de transferir o saldo remanescente para reservas de lucros ou optar pela distribuição adicional de dividendos.

No exercício de 2020 além da distribuição dividendos a Companhia efetuou também a distribuição a título de juros sobre capital próprio em conformidade a Lei 9.249 no montante de R\$ 1,1 milhão, distribuídos de acordo com o percentual de participação dos acionistas.

Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contava com cerca de 5.385 colaboradores. As despesas com pessoal no ano de 2020, somam o montante total de R\$ 274.299 mil, os quais compreendem os gastos com salários e encargos obrigatórios, as despesas com pessoal incluem gastos com benefícios oferecidos pela Companhia a seus colaboradores como assistência médica e odontológica, auxílio alimentação, refeição e educação, transporte, treinamentos, comissões e salários variáveis e entre outros.

Pandemia COVID-19

A pandemia do COVID-19 não impactou significativamente os resultados da Companhia no exercício de 2020, que continua realizando esforços em resguardar a saúde de seus colaboradores, seus postos de trabalhos e o atendimento seguro e eficiente de seus clientes.

A Companhia implementou o comitê de decisões estratégicas relacionadas à pandemia COVID-19, formado por membros de saúde internos, gestores e diretores, objetivando ações eficientes para o enfrentamento à pandemia COVID-19.

Para garantir a saúde e segurança de seus colaboradores, a Companhia implementou as seguintes ações: (i) disponibilização de equipamentos de proteção individual para todo quadro funcional de lojas, centros de distribuição, *call center* e escritórios, (ii) comunicação diária com orientações dos protocolos apropriados para a utilização dos equipamentos de segurança individual, bem como medidas a serem tomadas em caso de suspeitas da doença nos ambientes de trabalho, (iii) reforços aos procedimentos de higienização em todos os locais; (iv) implementação de home office a parte dos colaboradores dos escritórios, garantindo o distanciamento entre os postos de trabalho; (v) afastamento dos colaboradores pertencentes aos grupos de riscos, (vi) programas de acompanhamento constante por equipes treinadas de técnicos de saúde e segurança no trabalho e (vii) programas de vacinação para outras doenças conhecidas e com controle adequado (gripe, sarampo e outras).

Para garantir a manutenção e a qualidade das operações da Companhia, bem como a saúde e a segurança de seus clientes, as seguintes medidas foram tomadas: (i) adequação dos ambientes de lojas, incluindo o controle de entradas de clientes, a implementação de áreas de isolamento de um metro entre clientes e funcionários no balcão e também nos caixas, bem como o fornecimento de álcool em gel em todos os estabelecimentos, (ii) adequação dos estoques para atendimento de produtos relacionadas à pandemia, incluindo o acompanhamento constante dos níveis de abastecimento para atender as demandas de seus clientes, (iii) esforços para ampliação de plataformas de atendimentos online por aplicativos, proporcionando fácil acesso e agilidade na entrega nas diversas localidades de seus clientes, (iv) implementação de postos de atendimentos adequados e isolados das áreas internas das lojas para a realização de testes rápidos de COVID-19 e (v) participação social na comunidade com doações para hospitais e órgãos governamentais de produtos relacionadas ao combate da pandemia COVID-19 e bem estar da população.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, ao período de seis meses em 30 de junho de 2020 e ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e (ii) revisão das informações trimestrais – ITRs de 31 de março de 2020, e 30 de setembro de 2020 preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a norma IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB); (iii) serviços prestados referentes ao trabalho de Asseguração Limitada Independente relativo a compilação do EBITDA, com as datas base de 31.12.2019, 31.03.2020, 30.06.2020, 30.09.2020 e 31.12.2020; “e (v) serviços referente à oferta pública em andamento de ações pela Companhia, com emissão de carta conforto, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução nº 400 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) no Brasil, padrões previstos na AU-C 920 Letters for Underwriters and Certain Other Requesting Parties emitido pelo American Institute of Certified Public Accountants – AICPA nos Estados Unidos da América e em outros países fora dos Estados Unidos.

A contratação do auditor independente está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém do auditor independente declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão.

Perspectivas

A Companhia continua confiante no desenvolvimento dos seus negócios e no Brasil. Continuaremos oferecendo uma ampla e inovadora oferta de produtos e serviços em nossas lojas, com o conceito de *drugstore*, a preços competitivos, oferecendo comodidade e praticidade à nossos clientes, através das lojas físicas e também por meios digitais visando obter resultados positivos e sustentáveis, com benefícios para todos os públicos envolvidos. Embora a pandemia possa alterar o mercado, a administração da Companhia entende que as ações tomadas para redução de despesas foram efetivas e os números do começo de 2021 são positivos, corroborando com as perspectivas de confiança sobre o futuro. A pandemia de Covid-19 teve maior impacto no segundo trimestre de 2020, apresentando um crescimento sequencial positivo. Apesar da pandemia, o exercício de 2020 foi de grandes conquistas para a Nissei.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que de alguma forma contribuíram para as atividades, o desenvolvimento e o forte crescimento das operações da Companhia no exercício de 2020.



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas da
Farmácia e Drogeria Nissei S.A.**
Curitiba – Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Farmácia e Drogeria Nissei S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Farmácia e Drogeria Nissei S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo das debêntures

Veja Nota 4, 25 e 37 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

A Companhia, em 29 de outubro de 2017, emitiu debêntures conversíveis em ações. A operação está dividida em duas séries, a primeira série subsequentemente mensurada pelo custo amortizado e a segunda pelo valor justo, essa última no montante de R\$ 49.236 mil em 31 de dezembro de 2020.

A mensuração do valor justo envolve um modelo de avaliação e estimativas. A estimativa sobre o método de cálculo e sobre a mensuração deste valor envolve projeções e premissas. Considerando o elevado grau de julgamento relacionado à determinação dessas projeções e premissas, como da taxas de crescimento anual da receita, da previsão da margem EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, despesas financeiras líquidas, depreciação e amortização) e da taxa de desconto ajustada ao risco, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, dos critérios adotados pela Companhia para determinação das premissas para estimar a taxa de crescimento anual da receita, a margem EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, despesas financeiras líquidas, depreciação e amortização) e a taxa de desconto ajustada ao risco utilizadas no modelo de valor justo da Companhia.
- Revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar potencial inconsistência ou viés da administração no desenvolvimento futuro das estimativas.
- Análise se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são suficientes e apropriadas em relação aos requerimentos das normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração do valor justo das debêntures, bem como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 10 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR


Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/019	31/12/2020*	31/12/2019			31/12/2020	31/12/019	31/12/2020*	31/12/2019
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	65.186	80.402	65.186	80.426	Fornecedores	22	261.671	254.535	261.671	254.658
Aplicações financeiras	9	841	10.001	841	10.001	Arrendamento financeiro a pagar	23	39.504	41.580	39.504	41.580
Contas a receber de clientes	10	100.149	84.843	100.149	84.927	Empréstimos e financiamentos	24	67.001	46.917	67.001	47.263
Estoques	11	242.393	242.473	242.393	242.473	Debêntures	25	226.504	88.806	226.504	88.806
Impostos a recuperar	12	59.800	12.998	59.800	12.998	Obrigações sociais e trabalhistas	26	46.267	39.624	46.267	39.698
Instrumentos financeiros derivativos	14	12.193	-	12.193	-	Obrigações fiscais e tributárias	27	22.135	6.691	22.135	6.764
Outros ativos	15	33.452	39.404	33.452	41.299	Parcelamento de tributos	28	4.227	3.182	4.227	3.353
						Outros débitos	29	7.842	3.984	7.842	6.347
		<u>514.014</u>	<u>470.121</u>	<u>514.014</u>	<u>472.124</u>			<u>675.151</u>	<u>485.319</u>	<u>675.151</u>	<u>488.469</u>
Não circulante						Não circulante					
Outros investimentos	16	-	12.454	-	12.454	Arrendamento financeiro a pagar	23	107.724	101.630	107.724	101.630
Direitos sobre precatórios	13	56.258	50.160	56.258	50.160	Empréstimos e financiamentos	24	155.581	145.469	155.581	145.773
Impostos a recuperar	12	50.806	7.324	50.806	7.324	Debêntures	25	-	100.906	-	100.906
Ativo fiscal diferido	36	26.694	14.383	26.694	14.383	Parcelamento de tributos	28	24.386	27.615	24.386	27.767
Depósitos judiciais	30	5.360	5.054	5.360	5.054	Provisão para contingências	30	7.358	7.862	7.358	7.862
Outros ativos	15	104.369	21.515	104.369	33.833	Outros débitos	29	-	1.674	-	-
		<u>243.487</u>	<u>110.890</u>	<u>243.487</u>	<u>123.208</u>	Impostos diferidos	36	-	-	-	23.618
								<u>295.049</u>	<u>385.156</u>	<u>295.049</u>	<u>407.556</u>
Investimentos	18	-	107.261	-	-	Patrimônio líquido					
Ativo biológico	19	-	-	-	40.023	Capital social	31	21.720	21.720	21.720	21.720
Imobilizado	20	226.030	230.457	226.030	308.962	Reservas de lucros	31	8.089	3.510	8.089	3.510
Intangível	21	16.478	22.156	16.478	22.162	Ajuste de avaliação patrimonial	31	-	45.180	-	45.180
		<u>242.508</u>	<u>359.874</u>	<u>242.508</u>	<u>371.147</u>	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		29.809	70.410	29.809	70.410
						Participação de não controladores		-	-	-	44
								<u>29.809</u>	<u>70.410</u>	<u>29.809</u>	<u>70.454</u>
Total ativo		<u>1.000.009</u>	<u>940.885</u>	<u>1.000.009</u>	<u>966.479</u>	Total passivo e patrimônio líquido		<u>1.000.009</u>	<u>940.885</u>	<u>1.000.009</u>	<u>966.479</u>

* Vide nota explicativa 6 a. para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/019	31/12/2020*	31/12/019
Receita líquida de vendas	32	1.612.917	1.497.730	1.613.151	1.499.474
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	33	(1.059.907)	(992.489)	(1.060.365)	(992.500)
Lucro bruto		<u>553.010</u>	<u>505.241</u>	<u>552.786</u>	<u>506.974</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	33	(70.605)	(65.759)	(71.036)	(69.557)
Despesas comerciais	33	(406.359)	(372.698)	(406.359)	(372.698)
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	33	(2.676)	(1.775)	(2.676)	(1.775)
Outras receitas operacionais, líquidas	34	<u>56.596</u>	<u>792</u>	<u>53.300</u>	<u>3.353</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, resultado de equivalência patrimonial e tributo sobre o lucro		<u>129.966</u>	<u>65.801</u>	<u>126.015</u>	<u>66.297</u>
Receitas financeiras	35	20.770	12.028	20.929	12.036
Despesas financeiras	35	<u>(147.397)</u>	<u>(96.342)</u>	<u>(147.442)</u>	<u>(96.429)</u>
Despesas financeiras, líquidas		(126.627)	(84.314)	(126.513)	(84.393)
Resultado da equivalência patrimonial	18	<u>(3.907)</u>	<u>143</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(568)</u>	<u>(18.370)</u>	<u>(498)</u>	<u>(18.096)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	36	(18.249)	-	(18.370)	(372)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	36	<u>12.312</u>	<u>4.126</u>	<u>12.362</u>	<u>4.227</u>
Prejuízo do exercício		<u>(6.505)</u>	<u>(14.244)</u>	<u>(6.506)</u>	<u>(14.241)</u>
Prejuízo do exercício atribuível a:					
Controladores				(6.505)	(14.244)
Não controladores				(1)	3
Resultado por ação básico e diluído (em Reais):	38			(0,043)	(0,094)

* Vide nota explicativa 6 a. para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/019</u>	<u>31/12/2020*</u>	<u>31/12/019</u>
Prejuízo do exercício	(6.505)	(14.244)	(6.506)	(14.241)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>(6.505)</u>	<u>(14.244)</u>	<u>(6.506)</u>	<u>(14.241)</u>
Prejuízo atribuível a:				
Controladores			(6.505)	(14.244)
Não controladores			(1)	3
Resultado por ação básico e diluído (em Reais):			(0,043)	(0,094)

* Vide nota explicativa 6 a. para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores						Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reservas de lucros	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	21.720	2.449	15.159	45.374	-	84.702	41	84.743
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(14.244)	(14.244)	3	(14.241)
Realização da reserva de avaliação patrimonial (nota 31)	-	-	-	(194)	194	-	-	-
Distribuição de dividendos através da reserva de lucros (nota 31)	-	-	(48)	-	-	(48)	-	(48)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	(14.050)	-	14.050	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	21.720	2.449	1.061	45.180	-	70.410	44	70.454
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(6.505)	(6.505)	-	(6.505)
Realização da reserva de avaliação patrimonial (nota 31)	-	-	45.180	(45.180)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos através da reserva de lucros (nota 31)	-	-	(9.272)	-	-	(9.272)	-	(9.272)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	(6.505)	-	6.505	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(1.101)	-	-	(1.101)	-	(1.101)
Resultado da venda de investimentos ao acionista controlador (nota 18)	-	-	(23.723)	-	-	(23.723)	(44)	(23.767)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	21.720	2.449	5.640	-	-	29.809	-	29.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020*	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Prejuízo do exercício	(6.505)	(14.244)	(6.506)	(14.241)
Ajustes por:				
Ganho na alienação de outros investimentos	(2.754)	-	(2.754)	-
Resultado da baixa de ativo imobilizado	1.420	624	1.420	5.018
Resultado da baixa do ativo intangível	709	-	709	-
Resultado da variação do valor justo do ativo biológico	-	-	3.389	(2.512)
Depreciação e amortização (imobilizado e intangível)	78.578	69.402	79.149	70.411
Equivalência patrimonial	3.907	(143)	-	-
Provisão para perdas no recebimento de créditos	(1.415)	1.775	(1.415)	1.775
Perda de recebimentos de créditos	4.091	-	4.091	-
Provisão ao valor realizável líquido dos estoques	4.426	(411)	4.426	(411)
Perda de créditos na baixa de ativos (Maeoka)	6.285	-	6.285	-
Provisão para contingências	(504)	(1.045)	(504)	(1.045)
Apropriação - custo da transação - empréstimos e debêntures	2.943	4.347	2.943	4.347
Juros apropriados (debêntures, empréstimos e arrendamentos)	107.183	63.420	107.220	63.464
Atualização de valores de precatórios	(2.682)	(11.391)	(2.682)	(11.391)
ICMS-ST não definitivo - extemporâneo	(89.430)	-	(89.430)	-
ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS - extemporâneo	(9.326)	-	(9.326)	-
Rendimento de aplicação financeira	(1.667)	(21)	(1.667)	(21)
Instrumentos financeiros derivativos	(12.193)	-	(12.193)	-
Variação cambial	13.059	-	13.059	-
Imposto de renda e contribuição social	5.937	(4.126)	6.008	(3.855)
Pagamento de arrendamento - juros	(16.711)	(15.725)	(16.711)	(15.725)
Pagamento de juros - debêntures	(17.195)	(15.517)	(17.195)	(15.517)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(14.289)	(13.542)	(14.326)	(13.582)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.272)	-	(17.337)	(368)
(Aumento) redução dos ativos:				
Contas a receber de clientes	(17.982)	(12.232)	(17.898)	(11.625)
Impostos a recuperar	8.472	(1.096)	8.472	(1.096)
Estoques	(4.346)	8.526	(4.346)	8.526
Depósitos judiciais	(306)	-	(306)	-
Outros investimentos	(411)	(742)	(411)	(742)
Outros ativos	2.136	(17.759)	2.136	(19.553)
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	7.136	27.134	7.127	26.950
Obrigações sociais e trabalhistas	6.643	5.241	6.569	5.269
Obrigações fiscais e tributárias	14.467	265	14.532	197
Parcelamentos de tributos	(2.184)	(1.364)	(2.507)	(1.507)
Outros débitos	2.362	745	3.478	517
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	52.582	72.121	53.499	73.283
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Aplicações financeiras	10.827	(9.980)	10.827	(9.980)
Aquisições de imobilizado	(19.710)	(18.912)	(20.120)	(20.694)
Aquisições de intangível	(2.479)	(2.518)	(2.479)	(2.518)
Aplicações no ativo biológico	-	-	(602)	(1.307)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(11.362)	(31.410)	(12.374)	(34.499)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos	74.407	160.552	74.656	160.912
Pagamento de empréstimos - principal	(56.592)	(105.852)	(56.770)	(106.097)
Pagamento de debêntures - principal	(25.000)	-	(25.000)	-
Pagamento de arrendamento - principal	(43.514)	(38.129)	(43.514)	(38.129)
Custos da transação	(744)	(1.795)	(744)	(1.795)
Distribuições aos acionistas	(3.319)	(48)	(3.319)	(48)
Antecipação de lucros	-	(2.226)	-	(2.954)
Mútuos entre partes relacionadas	(1.674)	(2.418)	(1.674)	(221)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento	(56.436)	10.084	(56.365)	11.668
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(15.216)	50.795	(15.240)	50.452
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	80.402	29.607	80.426	29.974
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	65.186	80.402	65.186	80.426
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(15.216)	50.795	(15.240)	50.452

* Vide nota explicativa 4 para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/019	31/12/2020*	31/12/019
Receitas (1)	1.681.143	1.547.112	1.681.377	1.550.751
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.683.819	1.549.782	1.684.053	1.553.421
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.676)	(2.670)	(2.676)	(2.670)
Insumos adquiridos de terceiros (2)	1.186.843	1.101.197	1.190.261	1.102.607
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	1.059.907	992.125	1.060.364	992.136
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	126.936	109.072	126.507	112.973
Perda/recuperação de ativos	-	-	3.390	(2.502)
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	494.300	445.915	491.116	448.144
Depreciação e amortização (4)	78.578	69.402	79.151	70.419
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)	415.722	376.513	411.965	377.725
Valor adicionado recebido em transferência (6)	60.888	13.577	64.860	13.437
Resultado da equivalência patrimonial	(3.907)	143	-	-
Ganhos tributários	60.598	-	60.598	-
Receitas financeiras	20.493	12.028	20.652	12.036
Outras	(16.296)	1.406	(16.390)	1.401
Valor adicionado total a distribuir (5) + (6)	476.610	390.090	476.825	391.162
Distribuição do valor adicionado	476.610	390.090	476.825	391.162
Pessoal	236.373	221.245	236.392	221.678
Remuneração direta	206.300	190.173	206.300	190.580
Benefícios	18.840	20.286	18.848	20.286
FGTS	11.233	10.786	11.244	10.812
Impostos, taxas e contribuições	114.264	84.836	114.420	85.420
Federais	80.141	66.255	80.297	66.836
Estaduais	33.181	18.089	33.181	18.063
Municipais	942	492	942	521
Remuneração de capital de terceiros	132.478	98.253	132.519	98.305
Juros	130.294	91.896	130.335	91.946
Aluguéis	1.511	1.864	1.511	1.864
Outras	673	4.493	673	4.495
Remuneração de capitais próprios	(6.505)	(14.244)	(6.506)	(14.241)
Prejuízo do exercício	(6.505)	(14.244)	(6.506)	(14.241)

* Vide nota explicativa 6 a. para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Farmácia e Drogeria Nissei S.A. (“Nissei”, “Companhia” ou “Grupo”) era, 31 de dezembro de 2020, uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Rua XV de Novembro, 123, em Curitiba, Estado do Paraná. A Companhia obteve, em 14 de janeiro de 2021, a Concessão de Registro Inicial de Companhia Aberta categoria “A”, junto Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos, dermocosméticos e produtos alimentícios de conveniência em geral. A Companhia realiza suas vendas de mercadorias e serviços por meio de 307 lojas físicas, sendo 272 lojas no Paraná, 20 em São Paulo e 15 em Santa Catarina.

A Companhia arrenda o centro de distribuição, localizado na cidade de Colombo - PR, de onde distribui seu estoque. As lojas da rede também recebem abastecimento direto de grandes distribuidores para perfumaria, medicamentos e conveniência.

Em 29 de outubro de 2017 a Companhia emitiu debêntures no montante de R\$ 153.061 junto a um fundo privado, com prazo de 48 meses para o vencimento da 1ª série (em outubro de 2021) e 72 meses para o vencimento da 2ª série (em outubro de 2023), conforme descrito na nota explicativa 25. O recurso foi utilizado, em 2018, para amortizar parte de dívidas bancárias de capital de giro e financiar o plano de investimento da rede de farmácias, que contempla a abertura de novas lojas, a remodelagem das unidades e investimentos em tecnologia da informação, acelerando o crescimento e ampliando o nível de competitividade.

Os prejuízos apresentados nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são substancialmente decorrentes do custo da dívida dos recursos financeiros obtidos para dar viabilizar o projeto de expansão da Companhia e a consequente depreciação relacionada que em grande parte se dá no prazo de locação das lojas.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes consolidados de R\$ 161.137. O saldo do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes deve-se, substancialmente, a classificação do saldo total a pagar das debêntures para o circulante, de acordo com os prazos de vencimento contratuais da primeira série, no valor de R\$ 177.268 e da provável opção pela antecipação da segunda série, que possui valor estimado em R\$ 49.236 em 31 de dezembro de 2020. Embora não haja previsão contratual em relação ao prazo para liquidação da série 2, foi considerado o fluxo previsto de amortizações para os próximos 12 meses, de acordo com a melhor estimativa da Administração. Para esta estimativa foi levado em conta as expectativas de reestruturação organizacional prevista para 2021. Caso tal reestruturação não ocorra, o valor integral da série 2 destas debêntures, as quais possuem prazo de vencimento final até 29 de outubro de 2023, será reclassificado para longo prazo (vide nota explicativa 25).

Mesmo considerando as projeções de geração positiva de caixa e os limites de crédito pré-aprovados e fianças bancárias e o suporte, se necessário, de seu acionista controlador, a Companhia já trabalha junto ao mercado financeiro e iniciou um conjunto de esforços para repactuar sua dívida financeira através de contratações de linhas de crédito com custos menores e prazos mais longos, cujo os recursos serão utilizados para amortização antecipada das debêntures atuais (série 1).

Com base nas projeções de longo prazo que contemplam os fluxos de caixa projetados, a Companhia entende ter condições suficientes de manter a continuidade operacional.

Venda de investimento

A Nissei Administradora de Bens Ltda. tem como objeto social a administração de imóveis próprios e de terceiros, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e terceiros, atividades de serviços florestais, abate, corte, derrubada de árvores e transporte de toras, avaliação da madeira, repovoamento e plantio florestal, extração e comércio da madeira e de transporte rodoviário de passageiros.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) que detinha na então controlada Nissei Administradora de Bens Ltda.. Desta forma deixou de participar na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. A venda da participação societária tem por objetivo o foco exclusivo da Companhia no mercado farmacêutico, considerando as oportunidades potenciais de crescimento de vendas e serviços.

Vide informações referentes à base de preparação das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020 na nota explicativa 6a.

Impactos relacionados à pandemia COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Até a presente data os impactos do surto foram muito mais brandos para a Companhia do que os que estão sendo noticiados sobre o mercado como um todo. As despesas que a Companhia incorreu para se proteger do surto não foram relevantes e embora o faturamento da Companhia tenha sido levemente impactado nos meses de Abril a Junho, as ações de redução de custos tomadas pela empresa garantiram a recuperação dos resultados perdidos nestes meses em função desta perda de faturamento. A partir de Julho a empresa voltou a ter o faturamento em linha com o orçamento original.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM-SNC/SEP nº03/2020, diante do cenário atual que o país atravessa por conta da COVID-19, mesmo considerando os baixos impactos observados, a Companhia avaliou potenciais perdas na realização dos ativos, como por exemplo as perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e realização dos estoques, levando em consideração os fatos e circunstâncias atuais com o objetivo de verificar se, de fato, houve um aumento significativo no risco de crédito ou de perdas em seus estoques.

A Companhia adotou como premissa para avaliação dos impactos na perda esperada de crédito os saldos de contas a receber em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrado na nota explicativa 10, a qual demonstra que o saldo a receber está substancialmente concentrado com as administradoras de cartões (Cielo, Rede e Safra). A Administração não identificou para estes saldos, e demais saldos da carteira, aumento significativo no risco de crédito em relação a realização destes momentos que justificassem qualquer impacto na provisão.

Adicionalmente, em relação a cadeia de fornecimento de produtos para revenda em suas lojas, também não foi identificado qualquer indicativo risco adicional de não realização dos estoques ou risco de desabastecimento ou dificuldades de fornecimentos que possam prejudicar as operações da Companhia por falta de produtos para revenda.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração do Grupo autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 em 10 de março de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 6.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e as informações da sua controlada Nissei Administradora de Bens Ltda.. Essas informações consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. A base de consolidação da controlada compreendem o período findo em 30 de junho de 2020, considerando a data da venda do investimento, conforme descrito na nota explicativa 18.

As práticas contábeis adotadas pela Controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Companhia. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração do Valor adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 23 – prazo de arrendamento e premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto utilizadas na mensuração dos passivos de arrendamento mercantil.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 25 – valorização das debêntures (valorização da segunda série conforme projeções de resultados financeiros futuros);

Notas explicativas 30 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Nota explicativa 36 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC e IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 19 - ativo biológico (determinação do valor justo da valorização do ativo);

Nota explicativa 25- debêntures (determinação do valor justo da segunda série de debêntures). Os valores do contrato de debêntures consistem em duas séries, sendo a primeira série ao valor das taxas pré-fixadas com prazo de 48 meses (custo amortizado) e a segunda série ao valor justo, nos termos do contrato e descritos na referida nota explicativa. A segunda série de emissão de debêntures é mensurada a cada data de reporte, ao valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

A segunda série da debênture é mensurada pelo valor justo, enquanto a primeira série é mensurada pelo custo amortizado;

- Contratos de *swap* para proteção cambial – nota 14;

- Ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

6 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Na consolidação dos saldos comparativos está contemplado o investimento na Nissei Administradora de Bens Ltda..

	<u>Porcentagem de participação</u>		
	Controle	2020	2019
Nissei Administradora de Bens Ltda.	Direto	-	99,96%

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Em 30 de junho de 2020 o Grupo efetivou a venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda. (veja detalhes na nota explicativa 18). Por este motivo, os saldos consolidados apresentados nestas demonstrações financeiras e identificados como demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 consideram os efeitos da consolidação das informações da então investida, até a data de sua venda. Os saldos apresentados no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 são exclusivamente os da próprias Companhia, tendo em vista a venda sua única subsidiária, em 30 de junho de 2020.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre a controladora e controlada, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com a controlada registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na controladora. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Não foram eliminados nos procedimentos de consolidação os saldos e operações proporcionais à participação dos sócios não controladores, na consolidação da controlada Nissei Administradora de Bens.

O exercício social da controlada é coincidente com o da controladora, bem como as práticas contábeis, de forma que na consolidação não existem efeitos materiais a serem considerados.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

c. Receita

Venda de bens

A receita de vendas é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- quando o Grupo puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- quando o Grupo puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros do Grupo se modifiquem como resultado do contrato); e
- quando for provável que o Grupo receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, o Grupo considera apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual o Grupo tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço.

A receita do Grupo advém de revenda de mercadorias (medicamentos, perfumaria, cosméticos e outros produtos). Os clientes obtêm o controle da mercadoria adquirida no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas nos pontos de vendas do Grupo. Entende-se portanto que trata-se de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias aos consumidores. Os pagamentos de clientes são realizados, substancialmente, através de cartão de crédito, carta de débito e dinheiro. As vendas parceladas ocorrem através de cartão de crédito em até seis parcelas mensais.

Verbas de marketing e publicidade

Verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio – tratam-se de programas de venda do Grupo planejados em conjunto com seus fornecedores. O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de venda do Grupo. Para tanto, negocia formas diferentes de pagamento o Grupo a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para estas mesmas mercadorias em outras condições que não sejam em caráter promocional. Essas negociações normalmente ocorrem com a área de compras do Grupo e são repassadas para a área de vendas para execução, alinhada com as estratégias de venda do Grupo. A partir do momento em que a obrigação de desempenho foi satisfeita (comercialização do produto associado à promoção), o Grupo reconhece o resultado desses acordos comerciais referente a verbas de marketing e publicidade, a crédito como receita de serviços prestados (verbas), tendo como contrapartida um valor a receber do fornecedor no ativo.

d. Benefícios a empregados (curto prazo)

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

O Grupo classifica juros e dividendos recebidos como fluxos de caixa de investimento, e, juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

f. Impostos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos

impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado.

h. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

Instalações - 10 anos

Veículos em uso - 5 anos

Móveis e utensílios - 10 anos

Máquinas e equipamentos - 10 anos

Equipamentos de informática - 5 anos

Edificações – 25 anos

Benfeitorias em imóveis de terceiros - Conforme contrato de locação vigente.

Direito de uso – arrendamento – conforme contrato de locação vigente (vide detalhes na nota 23)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Intangível

Softwares

Os ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As licenças de uso de sistemas de informática são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

Softwares - 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Fundo de comércio

Os pontos comerciais (fundo de comércio) compreendem a cessão do local de instalação das lojas do Grupo e são mensurados pelo custo histórico de aquisição e mantidos no ativo até quando os benefícios econômicos futuros forem prováveis. A vida útil atribuída à este grupo de ativos intangíveis é conforme contrato de locação vigente. Qualquer perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

k. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, do Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para toda a vigência.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para toda a vigência do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando existe atraso maior que 180 dias e a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

m. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

n. Arrendamentos

Como arrendatário, o Grupo arrenda diversos ativos, principalmente imóveis. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. O Grupo não atua como arrendador em contratos que contém um componente de arrendamento.

o. Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações acima de 30 dias, de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

p. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 4(b)).

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

q. Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

As receitas do Grupo são provenientes integralmente do mercado nacional e concentradas na região sul do país. Não há cliente individual que represente mais de 10% das vendas da Companhia.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Os seguintes pronunciamentos contábeis passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

NBC TG 26 (R5) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e **NBC TG 23 (R2) / IAS 8** - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: As emendas do **NBC TG 26 (R5) / IAS 1** e do **NBC TG 23 (R2) / IAS 8** esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. A Administração entende que estas emendas não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, pois aplica a orientação técnica OCPC 7 e com isso divulgando somente informações relevantes.

Deliberação CVM nº 854/2020: A deliberação CVM 854/2020 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. Trata de alterações nos Pronunciamentos Técnicos **NBC TG 38 (R3)**, **NBC TG 40 (R3)** e **NBC TG 48**, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em decorrência da reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da London Interbank Offered Rate (LIBOR) como taxa de juros de referência após 2021. A Administração entende que não será impactada pela reforma da taxa de juros de referência pois, até o momento, não possui ativos ou passivos financeiros atrelados a este índice.

Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06).

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).

- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e bancos	34.191	46.400	34.191	46.424
Aplicações financeiras	30.995	34.002	30.995	34.002
	65.186	80.402	65.186	80.426

As aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário – CDB (R\$ 24.994) e debêntures (R\$ 6.001), possuem liquidez imediata e são atualizadas à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com rendimento médio de 80% (debêntures) e 101,50% (CDB), refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações financeiras estão concentradas no Banco Votorantim, no montante de R\$ 30.995 (2019: Banco Votorantim R\$ 33.002 e Banco Safra R\$ 1.000).

9 Aplicações financeiras (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2020 as aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário – CDB estão vinculadas à operações de empréstimos junto ao Banco BOCOM BBM no montante de R\$ 841 (Em 2019, o montante de R\$ 10.001 no Banco ABC Brasil S.A.), sendo a realização das aplicações no prazo de 42 meses. Os recursos aplicados estão atualizadas à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI 100%, refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

10 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Cartões de crédito	91.034	77.949	91.034	77.949
Cartão próprio – convênio	6.005	6.898	6.005	6.898
Farmácia popular	4.278	2.458	4.278	2.458
Outras contas a receber	87	208	87	292
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(1.255)	(2.670)	(1.255)	(2.670)
	100.149	84.843	100.149	84.927

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
A vencer	90.315	81.074	90.315	81.158
Vencidos em até 30 dias	6.977	1.245	6.977	1.245
Vencidos entre 31 e 60 dias	2.609	1.089	2.609	1.089
Vencidos entre 61 e 90 dias	180	786	180	786
Vencidos acima de 91 dias	1.323	3.319	1.323	3.319
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(1.255)	(2.670)	(1.255)	(2.670)
	100.149	84.843	100.149	84.927

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes, representado por cartões de crédito e por parcerias com empresas e governo, é de aproximadamente 39 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações do Grupo. Parte substancial dos valores vencidos acima de 31 dias, estão representados por recebimento por meio de convênios e por meio do programa de benefício em medicamentos - PBMs.

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

As contas a receber são substancialmente representados por valores a receber dos administradores de cartão de crédito de primeira linha (Cielo, Rede e Safra). Baseado no histórico de perdas destes recebíveis a administração avalia o risco de crédito como muito baixo.

As contas a receber de convênio representam contratos específicos com companhias que disponibilizam benefícios aos seus colaboradores para compra de produtos com desconto nas lojas da Nissei. A Companhia considera o risco de crédito baixo devido aos critérios seletivos para aceitação destas companhias.

A exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na nota explicativa 37.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial	(2.670)	(895)	(2.670)	(895)
Constituições (a)	(2.591)	(2.670)	(2.591)	(2.670)
Baixas efetivas (b)	4.006	895	4.006	895
	(1.255)	(2.670)	(1.255)	(2.670)

- (a) O montante de R\$ 2.591, compreendem os valores provisionados ao longo de 2020 e consumidos no mesmo ano por baixa efetiva (item b). A política de provisão da Companhia está descrita na nota explicativa 6 (I).
- (b) As baixas efetivas compreendem os valores previamente provisionados.

11 Estoques (Controladora e Consolidado)

	31.12.2020	31.12.2019
Mercadorias para revenda	240.658	240.411
Materiais de consumo	<u>1.735</u>	<u>2.062</u>
	<u>242.393</u>	<u>242.473</u>

Os estoques de mercadorias para revenda estão distribuídos da seguinte forma nos estabelecimentos do Grupo:

	31.12.2020	31.12.2019
Centro de distribuição	56.233	67.994
Lojas da rede	192.839	176.732
(-) Provisão de estoques (a)	<u>(6.679)</u>	<u>(2.253)</u>
	<u>242.393</u>	<u>242.473</u>

- (a) A provisão para perda nos estoques inclui: i) as mercadorias vencidas e danificadas nos estoques do Grupo, sem a expectativa de ressarcimento nas políticas dos fabricantes, totalizando R\$ 3.372 (2019: R\$ 2.253); e ii) provisão de estimativa de perdas prováveis de inventário geral na rede de lojas (roubos, perdas e baixas) no montante de R\$ 3.307 (2019: R\$ zero). O efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas esperadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, na rubrica de “custo das mercadorias vendidas”.

As variações nos saldos de estoques de mercadorias para revenda foram incluídos no “Custo dos Produtos Vendidos” e totalizam R\$ 1.059.907 (R\$ 992.489 em 31 de dezembro de 2019). Os valores incluem o valor da baixa de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no exercício e totalizaram R\$ 17.044 (R\$ 15.872 em 31 de dezembro de 2019).

A movimentação da provisão de estoques no exercício encontra-se apresentada a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial	(2.253)	(2.664)
Constituições (a)	(6.679)	(2.253)
Baixas efetivas	<u>2.253</u>	<u>2.664</u>
	<u>(6.679)</u>	<u>(2.253)</u>

- (a) As constituições de perdas considera a expectativa da Companhia com perdas esperadas de vencidos, danificados e inventários, e embasadas em estimativas de controles de estoques diários na rede de lojas e CD.

12 Impostos a recuperar (Controladora e Consolidado)

	31.12.2020	31.12.2019
Tributos sobre o lucro a recuperar		
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	834	361
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica	838	90
CSLL – Contribuição social sobre lucro líquido	1.618	6
	<u>3.290</u>	<u>457</u>
Outros tributos a recuperar		
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias (a)	94.031	14.549
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias – perdas (b)	6.704	5.306
PIS – Programa de integração social (c)	1.177	-
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social (c)	5.393	-
Outros impostos a recuperar	11	10
	<u>107.316</u>	<u>19.865</u>
Total dos impostos a recuperar	<u><u>110.606</u></u>	<u><u>20.322</u></u>
Ativo circulante	59.800	12.998
Ativo não circulante	50.806	7.324

- (a) Os créditos de ICMS no ativo circulante e não circulante, estão compostos da seguinte forma:

	31.12.2020	31.12.2019
Composição dos créditos de ICMS a recuperar (ressarcimento)		
ICMS-ST - transferências entre estabelecimentos (a.1)	-	14.549
ICMS-ST - pago antecipadamente (a.2)	4.601	-
ICMS-ST - não definitivo do período corrente (a.3)	25.794	-
ICMS-ST - não definitivo de períodos retroativos (a.3)	63.636	-
	<u>94.031</u>	<u>14.549</u>

- (a.1) Ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias nos estabelecimentos

O saldo de R\$ 14.549 em 31 de dezembro de 2019 era oriundo do ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelo seu Centro de Distribuição no Paraná, por ocasião do abastecimento de suas filiais localizadas nos estados de São Paulo e Santa Catarina. Os respectivos créditos foram realizados progressivamente no exercício de 2020, principalmente por conta de produtos que estão fora da sistemática da substituição tributária, e após a concessão do RE nº 6.577/2020 o qual mudou a sistemática de tributação nas entradas e saídas do Centro de Distribuição de Colombo/PR, não restando saldo desta natureza em 31 de dezembro de 2020.

- (a.2) Regime Especial – atribuição da condição de substituto tributário a estabelecimento atacadista

Em 25 de maio de 2020, através da publicação em Diário Oficial o Estado do Paraná, no uso das suas atribuições, concedeu o regime especial sob nº 6.577 ao estabelecimento Centro de Distribuição Colombo-PR, sendo o mesmo beneficiado e eleito sujeito passivo por substituição, para efeitos de retenção do ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação) relativo às operações subsequentes, nas operações de saída com as mercadorias, sendo: cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador; lâmina e aparelho de barbear; produtos alimentícios e produtos farmacêuticos. A vigência do regime especial iniciou-se em 1º de junho de 2020.

Os principais impactos do referido regime foram: i) na prorrogação de prazo de recolhimento da substituição tributária após a entrada em vigência do regime especial, considerando que o imposto será apurado com base nas saídas do estabelecimento Centro de Distribuição Colombo-PR e recolhido no mês posterior da emissão do documento fiscal; ii) ressarcimento dos montantes pagos antecipadamente e anteriores ao referido regime, e iii) aumento do ICMS próprio e redução do ICMS-ST referente as transferências destinadas aos estados de São Paulo e Santa Catarina, de forma a possibilitar a realização dos créditos acumulados. O estabelecimento antecipadamente realizou pagamento de substituição tributária (ST) nas compras dos estoques diretamente pelo Centro de Distribuição Colombo-PR, e conforme previsão expressa no referido regime, levantou créditos de ICMS sobre sua posição de estoque, no montante de R\$ 16.707 até 31 de maio de 2020. O respectivo montante passou ser compensado nos meses seguintes, permanecendo saldo de R\$ 13.011 em 31 de dezembro de 2020, com expectativa de realização estimada para os próximos 12 meses nas operações da Companhia.

(a.3) ICMS-ST não definitivo

O montante de R\$ 25.794 em 31 de dezembro de 2020 é resultante do regime normal de apuração de ICMS dos centros de distribuição e lojas e referente aos créditos tributários de ICMS ST não definitivo, onde as bases fiscais de apuração presumida foram superiores as margens comerciais no período corrente.

O montante de R\$ 63.636 refere-se ao reconhecimento extemporâneo dos referidos créditos de ICMS-ST não definitivo, onde as bases fiscais de apuração presumida foram superiores as margens comerciais do período de julho de 2017 a dezembro de 2019. Os créditos foram reconhecidos em função da decisão do STF, que em sede de repercussão geral, garantiu o direito de ressarcimento ao contribuinte que recolheu antecipadamente o ICMS ST em bases de cálculo superiores aquelas efetivamente comercializadas. Conforme recepção da matéria e regulamentação no Estado do Paraná, através do Decreto nº 3.886/2020, e NPFº 002, não foram reconhecidos créditos fiscais de períodos anteriores a decisão do STF, a qual permite o levantamento e ressarcimento e/ou complemento das diferenças do ICMS-ST a partir de outubro de 2016. O respectivo montante já levantado e reconhecido deverá ser realizado no período estimado entre 12 e 36 meses nas operações da Companhia.

- (b) Ressarcimento de ICMS-ST sobre perdas de mercadorias, compondo o montante de R\$ 6.704 (R\$ 5.306 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia realizou requerimento para restituição/compensação dos créditos tributários e obteve deferimento em dezembro de 2020, com a instrução para reconhecimento integral em conta gráfica. E devido ao aumento do ICMS próprio em sua operação, a Companhia irá reconhecer o crédito conforme a determinação e retorno do posto fiscal, para garantir a realização no prazo de até 12 meses em suas operações.

(c) Mandado de segurança – Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS – Trânsito em julgado

Em 26 de maio de 2020, o mandado de segurança impetrado pela Companhia, transitou em julgado favoravelmente, afastando a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A decisão obtida destacou que a parte autora tem o direito de excluir da base de cálculo do PIS/COFINS o valor integral do ICMS destacado nas notas fiscais de saída das mercadorias do seu estabelecimento.

O reconhecimento do direito aplica-se também às operações já realizadas. Portanto, sendo possível a recuperação dos valores pagos a título de PIS e COFINS sobre o ICMS destacado nas operações pretéritas, também dos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento. Como o ajuizamento ocorreu em 14/03/2017, foi possível recuperar os valores pagos de 14/03/2012 a 26/05/2020.

A habilitação do crédito perante à Secretaria da Receita Federal ocorreu em 29 de setembro de 2020, através de Despacho Decisório sob nº 1.367/2020, conseqüentemente, iniciou-se a compensação dos créditos tributários desta natureza com tributos federais, conforme as determinações das normas legais vigentes.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou os saldos a serem compensados abaixo:

	31.12.2020
PIS – Programa de integração social	
Período corrente	61
Reconhecimento extemporâneo – crédito	738
Reconhecimento extemporâneo – atualização	378
	<hr/>
	1.177
	<hr/> <hr/>

	31.12.2020
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	
Período corrente	281
Reconhecimento extemporâneo – crédito	3.371
Reconhecimento extemporâneo – atualização	1.741
	5.393

A expectativa da companhia para realização do saldo residual do crédito tributário, e respectiva atualização é para os próximos seis meses.

13 Direitos sobre precatórios (Controladora e Consolidado)

Os direitos sobre precatórios são de esfera estadual e estão da seguinte forma distribuídos:

	31.12.2020	31.12.2019
Termo de obrigações - Precatório 48.609/1997 (a)	43.670	42.925
Créditos remanescentes - acordo geral (b)	7.344	5.804
Saldo remanescente do precatório nº 51.218/97 (c)	3.813	-
Outros precatórios estaduais (d)	1.431	1.431
	56.258	50.160
Ativo circulante	-	-
Ativo não circulante	56.258	50.160

- (a) Os créditos decorrentes do Precatório nº 48.609/1997 cedidos no termo de obrigações entre o Grupo e a CR Almeida S.A. em 23 de março de 2016 somam, em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 43.670 (R\$ 42.925 em 2019), os quais se encontram devidamente atualizados aos índices legais aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR. Para o exercício findo em 2020 e em 2019, foi reconhecido no resultado a atualização do respectivo crédito no montante de R\$ 712 e R\$ 10.028, respectivamente.
- (b) Os saldos do precatório 51.218/97, remanescentes no valor de R\$ 7.344 (R\$ 5.804 em 2019) são provenientes da conciliação efetuada em 18 de dezembro de 2014, onde o Grupo detinha em um único precatório o valor de R\$ 110.725 e débitos de ICMS com o Estado do Paraná no montante de R\$ 106.284, resultando no saldo remanescente de direito. Em 31 de dezembro de 2020, os valores estão atualizados com critérios aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), sendo o saldo remanescente de R\$ 7.344 (R\$ 5.804 em 2019). A atualização teve impacto no resultado do Grupo de R\$ 1.468 em 2020 (R\$ 1.363 em 2019).
- (c) Os saldos remanescentes do precatório nº 51.218/97 no valor de R\$ 3.813, devidamente atualizado em 31 de dezembro de 2020, sendo o montante de R\$ 502 reconhecido no resultado, tem como credora originária CR Almeida, sendo o crédito praticamente certo nas premissas dos assessores jurídicos do Grupo, bem como nos relatórios de conciliação com a Procuradoria do Estado do Paraná. A aquisição do crédito aconteceu nos termos do Segundo Termo Aditivo ao Acordo para Dissolução Parcial da Sociedade assinado em 30 de junho de 2020 pelos representantes legais da Farmácia e Drogerias Nissei (compradora) e Comércio de Medicamentos Maeoka (vendedora), o valor de aquisição é R\$ 10.154 e a quitação ocorreu com saldo a receber do conta corrente entre as partes envolvidas. Após a avaliação dos créditos do precatório, a administração da Companhia, com base nas opiniões de seus assessores jurídicos e utilizando dos relatórios da Procuradoria do Estado do Paraná, entendeu que a operação de compra e valor praticamente certo de crédito do precatório, resultava na perda do valor recuperável, sendo o montante de R\$ 6.285, imediatamente reconhecida no resultado do período.
- (d) Os demais créditos de precatórios, que somam R\$ 1.431, registrados no ativo não circulante, estão registrados pelo valor de custo e não incidem correção monetária e juros de mora, sendo irrecuperáveis, conforme escrituras públicas de cessão firmadas entre as partes.

A expectativa para recebimentos dos montantes mencionados nos itens (a) e (c) pelos assessores jurídicos da Companhia, é no decorrer do exercício de 2021, no entanto, a administração optou por manter no longo prazo, considerando as incerteza de prazos legais junto ao judiciário. A Administração entende que não há qualquer risco de perdas não reconhecido nos respectivos créditos.

Os itens (b) e (d), serão realizados até 31 de dezembro de 2024, atendendo a Emenda Constitucional nº 99/2017, considerando o prazo limite para pagamento de precatórios.

14 Instrumentos financeiros derivativos

As estratégias e políticas para contratação de instrumentos financeiros, estão descritas na nota explicativa nº 37.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo tem o contrato na modalidade SWFC Netting Termo com o Banco Votorantim, com o objetivo de proteção ao risco cambial do contrato de empréstimo em moeda estrangeira.

Valor do principal	Ponta ativa	Ponta passiva	Resultado
31.059	43.816	31.623	12.193

As variações nos saldos passivos (empréstimos) e demais garantias vinculadas estão descritas na nota explicativa 24.

15 Outros ativos

Os valores a receber estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Outros ativos – partes relacionadas				
Venda de participação societárias (a)	84.426	-	84.426	-
Venda de ativos imobilizados (b)	15.619	1.843	15.619	-
Antecipações para coligadas (c)	-	10.075	-	10.075
Mútuos a receber (d)	-	3.702	-	9.837
Hiperzoo Pet Shop	-	-	-	3.221
Antecipações de lucros	-	2.226	-	4.541
Total outros ativos – partes relacionadas	100.045	17.846	100.045	27.674
Acordos comerciais a receber (e)	26.687	30.703	26.687	30.703
Bloqueios judiciais	-	3.094	-	3.094
Antecipações para colaboradores	1.814	3.082	1.814	3.082
Antecipações para fornecedores	2.177	2.972	2.177	2.972
Prêmios de seguros	1.298	854	1.298	854
Outros	5.800	2.368	5.800	6.753
Total outros ativos – terceiros	37.776	43.073	37.776	47.458
Total outros ativos	137.821	60.919	137.821	75.132
Ativo circulante	33.452	39.404	33.452	41.299
Ativo não circulante	104.369	21.515	104.369	33.833

- (a) O montante de R\$ 84.426 a receber refere-se a venda da participação societária da controlada Nissei Administradora de Bens. Informações adicionais da operação de venda consta nas notas explicativas 17 e 18.
- (b) O valor de R\$ 15.619 a receber refere-se a venda de ativos imobilizados da Nissei no exercício. As informações adicionais da operação de venda consta na nota explicativa 17.
- (c) Os valores em aberto com a parte relacionada Comércio de Medicamentos Maeoka em 31 de dezembro de 2019, envolve direitos a receber da sociedade, os quais foram totalmente liquidados em 30 de junho de 2020, por meio de acordo entre as partes. As informações adicionais da operação de venda consta na nota explicativa 17.
- (d) Os valores em aberto na data de 31 de dezembro de 2019, referem-se valores de mútuo a receber dos acionistas. As condições negociadas entre as partes prevê prazo para pagamento em 48 meses e atualização dos saldos com a aplicação de juros pro-rata die, 100% (cem por cento) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, a partir de 1º de setembro de 2020). Os acionistas optaram pela antecipação do pagamento dos montantes em novembro de 2020 através de termo de quitação e compensação de saldos.
- (e) Os saldos a receber de acordos comerciais referem-se a negociações com fornecedores de mercadorias para venda diferenciada de seus produtos nas lojas da rede. Compreendem descontos financeiros no momento da venda ao consumidor e associados a programas de benefícios, verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio e abatimento por metas de volume, aferidos tanto nas compras quanto nas vendas.

16 Outros investimentos (Controladora e Consolidado)

O Grupo habilitou-se para aquisição da massa falida Comércio de Cereal Marechal Ltda. - Supermercado Coletto, conforme processo judicial na 2ª Vara da Fazenda Pública, Falência e Recuperações da Comarca de Curitiba - PR, ao final do processo absorveu os terrenos e imóveis da referida massa falida face aos pagamentos realizados pelo Grupo aos demais credores.

A composição dos pagamentos aos credores está demonstrada abaixo:

	31.12.2020	31.12.2019
Aquisição sub judice	-	4.598
Liquidações de dívidas	-	3.553
Parcelamentos federais	-	2.583
Parcelamentos estaduais	-	227
Parcelamentos municipais	-	36
Outros	-	1.457
	<u>-</u>	<u>12.454</u>

Os valores supracitados estão demonstrados a valores originais e compreendem pagamentos de débitos tributários, gastos com reformas em imóveis e credores privilegiados, trabalhistas e quirografários.

O processo teve trâmite final no mês de maio de 2020 e os bens da massa falida foram transferidos para o Grupo. Estes bens foram vendidos no mês de junho, conforme descrito na nota explicativa 17b, por R\$ 15.619, sendo apurado um ganho de R\$ 2.754, reconhecido na rubrica “outras receitas operacionais” dentro do resultado do exercício.

17 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas em aberto são precificadas com base em condições específicas estabelecidas entre as partes, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros e devem ser liquidados conforme fluxo de caixa dos envolvidos.

Abaixo demonstramos os saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Ativo não circulante				
Com. de medicamentos Maeoka Ltda. (a)	-	10.075	-	10.075
Nissei Administradora de Bens (b)	15.619	1.843	15.619	-
Antecipação de lucros	-	2.226	-	4.541
Hiperzoo Pet Shop (e)	-	-	-	3.221
Venda de participação societárias para sócios (c)	84.426	-	84.426	-
Mútuo de sócios (d)	-	3.702	-	9.837
	100.045	17.846	100.045	27.674
Passivo				
Juros sobre o capital próprio (f)	935	-	935	-
Nissei Administradora de Bens	-	1.674	-	-
	935	1.674	935	-
Total do saldo passivo	935	1.674	935	-
Passivo circulante	935	-	935	-
Passivo não circulante	-	1.674	-	-

- (a) Em 30 de junho de 2020, o Grupo firmou acordo com a Comércio de Medicamentos Maeoka Ltda., o que resultou, dentre outros, na liquidação do mútuo ativo de R\$ 10.075 por meio do recebimento do precatório mencionado na nota explicativa 13, cujo valor foi avaliado em R\$ 3.790, sendo reconhecida perda de R\$ 6.285, imediatamente reconhecida no resultado do exercício. Não há valores adicionais decorrentes desta negociação entre as empresas.
- (b) O saldo em aberto em 30 de junho de 2020 refere-se a venda de imóveis no valor de R\$ 15.619, o qual será pago em conta corrente do Grupo até junho de 2022, sujeito a multa em caso de inadimplência de 2% sobre o valor inadimplido que passa a ser atualizado desde então pelo IPCA ou pelo fator de correção monetária que vier a substituí-lo além de juros moratórias de 3% ao ano. O valor da transação gerou ganho na venda de imobilizado no montante de R\$ 2.754 reconhecido no resultado do Grupo.
- (c) Em 30 de junho de 2020, o Grupo optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda., desvinculando-se na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. O valor da venda das quotas na integralidade corresponde ao montante de R\$ 87.000, devendo o montante ser pago pelos sócios da investida no prazo de até 24 meses. O valor da transação foi estabelecido conforme contrato entre as partes, cujo valor poderia ter sido diferente se negociado com terceiros, sendo reconhecido os efeitos da taxa de juros de 100% do CDI, considerando como base a taxa média de remuneração dos investimentos em aplicações financeiras (CDB) da Companhia, para o reconhecimento do ajuste a valor presente, sendo o saldo remanescente ajustado em 31 de dezembro de 2020 em R\$ 84.426. No resultado do exercício houve a realização do ajuste a valor presente – AVP de R\$ 850. As informações adicionais da operação de venda consta na nota explicativa 18.
- (d) Os valores em aberto em 31 de dezembro de 2019, referem-se valores de mútuo a receber dos acionistas. As condições negociadas entre as partes prevê atualização dos saldos por taxa de juros, sendo CDI 100%. O pagamento foi efetuado em novembro de 2020 através da concessão do direito de dividendos a receber dos acionistas, não havendo quaisquer saldos em aberto.

- (e) Em 2019, o montante de R\$ 3.221 no consolidado referia-se ao mútuo entre a Nissei Administradora de Bens e o Hiperzoo Pet Shop. Conforme mencionado na nota (b), a Companhia vendeu sua participação (99,9641%) do investimento na Nissei Administradora de Bens Ltda. As condições negociadas entre as partes não previam atualização dos saldos por taxa de juros.
- (f) Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 1.101, líquidos das retenções legais, o montante em aberto é de R\$ 935, os quais serão quitados no primeiro trimestre de 2021.

Em 30 de junho de 2020, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R\$ 9.272 em atos legais, dos quais tiveram a quitação de R\$ 3.319 no decorrer de 2020, R\$ 2.236 antecipados no decorrer de 2019 e R\$ 3.717 com a quitação do mútuo dos acionistas – item (d).

O Grupo possui imóveis locados da Nissei Administradora de Bens. As transações de aluguel são precificadas com base em condições de mercado e são liquidados em base mensal, compreendendo os desembolsos abaixo durante os respectivos exercícios:

	31.12.2020	31.12.2019
Centro de Treinamentos Nissei	346	315
Loja Nissei - Champagnat Batel	67	64
Loja Nissei - Alto da VX 24 horas	363	353
Loja Nissei - Juvevê Rocha Pombo	112	107
Loja Nissei - Praia de Leste	144	140
Loja Nissei - Rui Barbosa 24 horas	137	122
Loja Nissei - Tenente Francisco de Souza	287	-
Outros aluguéis	673	661
	2.129	1.762

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da administração inclui a distribuição de pró-labore mensal destinado à presidência e aos diretores, totalizando em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 1.725 (R\$ 1.628 em 31 de dezembro de 2019).

As participações no capital social da Companhia estão distribuídas, conforme segue:

Farmácia e Drogeria Nissei S.A. - o capital social está representado por 152.042.534 em 31 de dezembro de 2020 (21.720.362 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas, sem de valor nominal, pertencentes conforme segue:

- Em 31 de dezembro de 2019 - Patrícia Maeoka (1%), Alexandre Maeoka (1%) e Sergio Maeoka (98%).
- Em 31 de dezembro de 2020 - Patrícia Maeoka (1,53%), Alexandre Maeoka (1,53%) e Sergio Maeoka (96,94%).

Detalhes do desdobramento das ações, constam na nota 31 a.

18 Investimentos (Controladora)

a. Composição dos saldos

	31.12.2020	31.12.2019
Investimento em controlada	-	107.261
	-	107.261
	-	107.261

Em 30 de junho de 2020, o Grupo optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda., evidenciada na rubrica “Investimentos em controlada”. Desta forma, saindo na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida.

b. Movimentação dos saldos

Abaixo movimento das transações envolvendo o respectivo investimento.

	Nissei Adm. Bens
Saldo em 31 de dezembro de 2019	107.261
(+) Aumento de capital social	3.918
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(3.907)
(-) Realização da reserva de reavaliação por venda de quotas	(45.180)
(-) Realização do custo de aquisição e aportes de capital	(62.119)
(-) Outros ajustes	27
	-
Saldo em 30 de junho de 2020	-

A equivalência patrimonial dos resultados da investida até 30 de junho de 2020 no montante de R\$ 3.907 foi reconhecida no resultado do Grupo.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia optou pela venda na integralidade das quotas (99,9641%) de participação na investida Nissei Administradora de Bens, resultando na realização do saldo da reserva de reavaliação no patrimônio líquido e custo de aquisição e demais aportes das quotas da sociedade, conforme evidenciado acima, nos montantes de R\$ 45.180 e R\$ 62.119, respectivamente.

Tendo em vista que a operação em questão foi realizada com o controlador final do Grupo, os efeitos da venda da participação societária foram reconhecidos em seu patrimônio líquido, sendo em 31 de dezembro de 2020, conforme segue:

(+)	Valor da alienação do investimento	87.000
(-)	Ajuste a valor presente	(3.424)
(-)	Valor do investimento na data da alienação	(107.299)
	Perda registrada no patrimônio líquido	(23.723)

c. Detalhes da investida

	31.12.2020	31.12.2019
Ativo circulante	-	2.003
Ativo não circulante	-	134.369
Ativo total	-	136.372
Passivo circulante	-	3.136
Passivo não circulante	-	25.917
Patrimônio líquido	-	107.319
Total do passivo e patrimônio líquido	-	136.372
Demonstração do resultado:		
Receitas líquidas	-	3.495
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	-	145
Participação (%) (a)	-	99,9641%
Equivalência patrimonial	-	143

(a) O investimento foi vendido em 31 de dezembro de 2020. Vide detalhes na nota 18a.

19 Ativo biológico (Consolidado)

A controlada mantém investimentos em plantações de pinus e eucaliptos, sendo os mesmos acompanhados periodicamente nos preceitos do CPC 29 / IAS 41 / CPC 46 / IAS 13, reconhecendo seus efeitos nas demonstrações contábeis do Grupo, considerando certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os ativos biológicos correspondem à plantação de árvores, basicamente representada por eucaliptos e pinus com idade média de 1 (um) a 15 (quinze anos), em uma área total cultivada de 2.307 hectares no montante de R\$ 40.023 em 2019. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, no grupo de outras despesas e receitas operacionais.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

a. Mensuração dos valores justos

A Companhia avalia o ativo biológico por mensuração baseada em mercado, objetivando estimar o preço pelo qual uma transação de venda ou transferência não forçada do ativo deveria ocorrer, seguindo os preceitos do CPC 46 / IAS 13.

A mensuração dos valores justos da madeira em pé e seus inputs foram classificadas pela quantidade do volume comercial calculada através do Incremento Médio Anual – IMA e a previsão ou planejamento de manejo correspondente a cada região.

Abaixo segue demonstrativo do resultado dos estudos realizados por profissional qualificado na avaliação do valor justo:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	36.204
Variação por mudança no valor justo	2.512
Novos investimentos	1.307
Saldo em 31 de dezembro de 2019	40.023

Abaixo demonstramos a movimentação do ativo biológico até 30 de junho de 2020, considerando a venda na integralidade da participação societária da controlada Nissei Adm. de Bens na mesma data:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	40.023
Variação por mudança no valor justo	(3.390)
Novos investimentos	602
Saldo em 30 de junho de 2020	37.235

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Madeira em pé - pinus e eucaliptos com idade média de 1 (um) a 15 (quinze anos)	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado da plantação. As projeções de fluxo de caixa incluem estimativas específicas para 17 anos. Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	<ul style="list-style-type: none"> • Preços futuros estimados de madeira por m3 (2019: R\$ 5,00 - 140,00, média ponderada de 65,00; 2020: R\$ 5,00 – 140,00, média ponderada de R\$ 66,00). • Custo de manutenção do plantio por hectare (2019: 120,00 - 450,00, média ponderada de R\$ 263,00; 2020: 120 – 450,00, média ponderada de R\$ 263,00) • Taxa de desconto ajustada ao risco (2019 - 9,5%; 2020: 9,5%) 	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (reduzir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • os preços da madeira forem superiores (inferiores); • os custos de manutenção do plantio forem menores (maiores); ou • a taxa de desconto ajustada ao risco forem menores (maiores).

20 Imobilizado

Abaixo demonstrativo das posições de ativo imobilizado e suas movimentações para a controladora e consolidado:

a. Conciliação do valor contábil

Descrição	Controladora e Consolidado			Controladora			Consolidado		
	31.12.2020			31.12.2019			31.12.2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado									
Terrenos	-	-	-	-	-	-	59.736	-	59.736
Edificações	-	-	-	-	-	-	21.330	(4.177)	17.153
Benfeitorias em imóvel de terceiros	74.893	(43.655)	31.238	66.687	(34.808)	31.879	66.687	(34.808)	31.879
Equipamentos de informática	26.979	(17.481)	9.498	24.103	(14.185)	9.918	24.116	(14.198)	9.918
Instalações	27.358	(13.080)	14.278	25.649	(11.118)	14.531	25.649	(11.118)	14.531
Máquinas e equipamentos	7.410	(5.188)	2.222	7.297	(4.540)	2.757	7.552	(4.733)	2.819
Móveis e utensílios	58.918	(29.821)	29.097	55.278	(24.414)	30.864	55.486	(24.570)	30.916
Veículos em uso	6.012	(4.973)	1.039	6.507	(4.910)	1.597	10.204	(7.106)	3.098
Direito de uso – arrendamento	229.652	(92.978)	136.674	181.716	(44.071)	137.645	181.716	(44.071)	137.645
Imobilizado em andamento	1.984	-	1.984	1.266	-	1.266	1.267	-	1.267
Total	433.206	(207.176)	226.030	368.503	(138.046)	230.457	453.743	(144.781)	308.962

b. Movimentação do ativo imobilizado (Controladora)

Controladora											
Custo	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de informática	Veículos em uso	Benefeitorias em imóveis de terceiros	Direito Uso Arrendamentos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	23.751	7.119	49.732	21.691	6.902	59.737	-	1.397	170.329
Adições	-	-	1.916	178	5.619	2.412	679	2.853	182.264	5.255	201.176
Baixas	-	-	(18)	-	(73)	-	(1.074)	(1.129)	(548)	(160)	(3.002)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	5.226	-	(5.226)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	25.649	7.297	55.278	24.103	6.507	66.687	181.716	1.266	368.503
Adições	(a) 7.467	(a) 5.398	1.709	129	3.645	2.867	43	3.402	54.414	7.915	86.989
Baixas	(a) (7.467)	(a) (5.398)	-	(16)	(5)	(4)	(525)	(2.393)	(6.478)	-	(22.286)
Transferências	-	-	-	-	-	13	(13)	7.197	-	(7.197)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	27.358	7.410	58.918	26.979	6.012	74.893	229.652	1.984	433.206

Controladora											
Depreciação acumulada	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de informática	Veículos em uso	Benefeitorias em imóveis de terceiros	Direito de Uso Arrendamentos	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(9.321)	(3.905)	(19.483)	(11.283)	(4.560)	(26.313)	-	(74.865)		
Adições	-	(1.803)	(635)	(4.946)	(2.902)	(963)	(9.361)	(44.071)	(64.681)		
Baixas	-	6	-	15	-	613	866	-	1.500		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(11.118)	(4.540)	(24.414)	(14.185)	(4.910)	(34.808)	(44.071)	(138.046)		
Adições	(29)	(1.962)	(651)	(5.411)	(3.300)	(546)	(10.324)	(48.907)	(71.130)		
Baixas	29	-	3	4	4	483	1.477	-	2.000		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(13.080)	(5.188)	(29.821)	(17.481)	(4.973)	(43.655)	(92.978)	(207.176)		

(a) Estas transações não envolveram caixa, conforme transação de habilitação de massa falida divulgada na nota explicativa 12.

c. Movimentação do ativo imobilizado (Consolidado)

Consolidado											
Custo	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de informática	Veículos em uso	Benefeitorias em imóveis de terceiros	Direito Uso Arrendamentos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	62.228	22.618	23.751	7.340	49.939	21.704	9.670	59.737	-	1.397	258.384
Adições	564	49	1.916	212	5.620	2.412	1.812	2.853	182.264	5.256	202.958
Baixas	(3.056)	(1.337)	(18)	-	(73)	-	(1.278)	(1.129)	(548)	(160)	(7.599)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	5.226	-	(5.226)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	59.736	21.330	25.649	7.552	55.486	24.116	10.204	66.687	181.716	1.267	453.743
Adições	14.236	14.638	1.709	155	3.645	2.867	428	3.402	54.414	7.914	103.408
Baixas	(7.467)	(5.398)	-	(16)	(5)	(4)	(931)	(2.393)	(6.478)	-	(22.692)
Transferências	-	-	-	-	-	13	(13)	7.197	-	(7.197)	-
Baixa saldos investida	(66.505)	(30.570)	-	(281)	(208)	(13)	(3.676)	-	-	-	(101.253)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	27.358	7.410	58.918	26.979	6.012	74.893	229.652	1.984	433.206

Consolidado									
Depreciação acumulada	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de informática	Veículos em uso	Benefeitorias em imóveis de terceiros	Direito de Uso Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.525)	(9.321)	(3.993)	(19.619)	(11.326)	(6.631)	(26.314)	-	(80.729)
Adições	(652)	(1.803)	(650)	(4.966)	(2.872)	(1.292)	(9.361)	(44.071)	(65.667)
Baixas	-	6	-	15	-	817	866	-	1.704
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(4.177)	(11.118)	(4.733)	(24.570)	(14.198)	(7.106)	(34.808)	(44.071)	(144.781)
Adições	(367)	(1.962)	(660)	(5.421)	(3.300)	(761)	(10.324)	(48.907)	(71.702)
Baixas	29	-	3	4	4	889	1.477	-	2.406
Baixa saldos investida	4.515	-	202	166	13	2.005	-	-	6.901
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(13.080)	(5.188)	(29.821)	(17.481)	(4.973)	(43.655)	(92.978)	(207.176)

Venda de ativo imobilizado

Em 30 de junho de 2019, a Companhia vendeu os bens adquiridos no processo de Massa Falida - Cereal Marechal Ltda. - Supermercado Coletto para a Nissei Administradora de Bens pelo valor de R\$ 15.619, conforme nota explicativa 17, devendo os montantes serem recebidos no período de 24 meses. A transação gerou ganho de R\$ 2.754 reconhecido na rubrica de outras receitas operacionais no resultado do exercício.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o Grupo e seus acionistas possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas de captação de empréstimos, conforme divulgado na nota explicativa 24.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor é constituído a provisão para *impairment*. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portando, a necessidade de constituição de provisão.

21 Intangível (Controladora e Consolidado)

	Controladora			Consolidado	
	Software em uso	Software em desenvolvimento	Fundo de Comércio	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14.324	-	10.275	24.599	24.599
Adições	1.718	-	800	2.518	2.524
Baixas	-	-	(240)	(240)	(240)
Amortizações	(4.601)	-	(120)	(4.721)	(4.721)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.441	-	10.715	22.156	22.162
Adições	1.723	516	240	2.479	2.479
Baixas	-	-	(709)	(709)	(709)
Transferências	11	(16)	5	-	-
Amortizações	(4.731)	-	(2.717)	(7.448)	(7.449)
Baixa saldos investida	-	-	-	-	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.444	500	7.534	16.478	16.478

Software

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. O Grupo realiza o reconhecimento de amortizações a taxa de 20%.

O acréscimo na rubrica “Software” refere-se aos custos de implementação de novos sistemas e substituição do banco de dados.

Fundo de comércio

Os gastos com fundo de comércio compreendem gastos com a aquisição de ponto comercial para operar as lojas da rede de acordo com os direitos adquiridos na aquisição ou locação do estabelecimento comercial. Os montantes são avaliados pelo valor de aquisição e o seu valor recuperável é analisado, no mínimo, anualmente. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Administração avaliou e não identificou a necessidade de constituição de provisão para *impairment*.

A avaliação do valor recuperável dos gastos com fundo de comércio foi avaliada ao nível de cada unidade geradora de caixa (UGC), no caso do Grupo referem-se as localidades onde estão instaladas cada loja, que inclui tais custos e foi estimado com base na geração dos fluxos de caixa esperados para da UGC.

A amortização dos fundos de comércio ocorre conforme descrito nota 6 (i).

22 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Fornecedores de mercadorias	251.696	244.065	251.696	244.065
Fornecedores de bens e serviços	9.975	10.470	9.975	10.593
	<u>261.671</u>	<u>254.535</u>	<u>261.671</u>	<u>254.658</u>

23 Arrendamentos a pagar

O Grupo arrenda uma série de imóveis para o seu espaço de escritórios, lojas de varejo e centro de distribuição. As locações de imóveis operacionais são executadas por período entre 5 (lojas) a 10 anos (centro de distribuição). Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação automática por período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato.

Para o reconhecimento inicial do direito de uso e obrigações com arrendamentos foram consideradas as seguintes premissas:

O início do prazo de arrendamento considera a data em que o Grupo passa a exercer o direito de uso do imóvel. Neste sentido, foi definida a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir dessa data passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas e preparação do espaço físico.

Para a definição do prazo do arrendamento adotou-se o prazo de cada contrato adicionado as premissas detalhadas abaixo ou, quando aplicável, adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 (“Lei do Inquilinato”) que concede ao arrendatário (Controladora) o direito à renovações contratuais (direito executável) quando determinadas condições forem atendidas.

Aluguéis comerciais: em virtude desse tipo de contrato possuir diversos tipos de prazos, definiu-se utilizar as seguintes premissas:

Contratos de lojas com contratos de prazos originais ou aditivos de renovações vigentes e que geram resultados operacionais economicamente viáveis considerou-se o prazo restante do contrato.

Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e que geram resultados operacionais economicamente viáveis, considerou-se o prazo de 60 meses.

Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e consideradas em avaliação de resultados operacionais, considerou-se o prazo de 24 meses e também o prazo estimado pela Administração de manter as instalações comerciais.

Aluguel do centro de distribuição: considerado o prazo de contrato do imóvel.

O Grupo avalia no início do arrendamento se é razoavelmente certo exercer as opções de renovação, considerando se haverá um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias sob seu controle.

A taxa de juros incremental de financiamento do arrendamento teve abrangência em todos os contratos e considerou taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares àqueles aluguéis contratados na data de assinatura. Após análise, a taxa nominal de desconto ficou em 0,55% a 0,91% a.m., a qual dentro das análises do Grupo correspondeu a taxas médias das captações de empréstimos, que correspondeu a taxa incremental de financiamento.

Para a depreciação do ativo de direito de uso, considerando que não há contratos com opção de aquisição do ativo no final do prazo contratual, foram consideradas como vida útil do bem, o prazo do contrato de arrendamento, quando da ausência de perda ao valor recuperável, sendo considerado o que for menor. A depreciação do bem ocorre de forma sistemática e linear. Ressalta-se que o Grupo reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações de planos comerciais estratégicos e intenção dos locadores na continuidade do contrato.

Os encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do arrendamento.

O Grupo ressalta que irá acompanhar periodicamente aspectos das aplicações do Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS36 – Redução do valor recuperável de ativos, no que tange a avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade de lojas e centro de distribuição.

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi a seguinte:

Passivo reconhecido em 1º de janeiro de 2019	148.382
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	33.882
Pagamentos efetivados - principal	(38.129)
Pagamentos efetivados – juros	(15.725)
Juros reconhecidos no resultado	15.918
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(1.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	143.210
Passivo circulante	41.580
Passivo não circulante	101.630

Passivo reconhecido em 1º de janeiro de 2020	143.210
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	54.414
Pagamentos efetivados - principal	(43.514)
Pagamentos efetivados – juros	(16.711)
Juros reconhecidos no resultado	16.784
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(6.955)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	147.228
Passivo circulante	39.504
Passivo não circulante	107.724

Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil

	31.12.2020	31.12.2019
Menos de 1 ano	39.504	41.580
Entre 1 e 5 anos	99.445	89.480
Mais de 5 anos	8.279	12.150
	147.228	143.210

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi a seguinte:

Direito de uso de arrendamento

Ativo reconhecido em 01 de janeiro de 2019	148.382
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	33.882
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(548)
Depreciação no período	(44.071)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	137.644
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	54.414
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(6.477)
Depreciação no exercício	(48.907)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	136.674

Conforme orientações da CVM, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 1/2020, Companhia que optar por reportar os impactos da norma IFRS 16 / CPC06 (R2) em suas demonstrações financeiras de forma diferente daquela recomendada pelas áreas técnicas da CMV (fluxo nominal x taxa de desconto nominal), deverá apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. O Grupo desta maneira optou por divulgar estes inputs mínimos para que os usuários possa chegar a informação. Os inputs são:

Taxa de desconto nominal aplicada – 0,55% a.m. a 0,91% a.m..

Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA) – 0,3% a.m.

Cronograma de pagamentos não inflacionado (tabela abaixo):

	31.12.2020	31.12.2019
2020	-	41.580
2021	39.504	30.866
2022	44.179	30.131
2023	35.471	24.266
2024	16.097	4.127
2025 em diante	<u>11.977</u>	<u>12.240</u>
	<u>147.228</u>	<u>143.210</u>

24 Empréstimos e financiamentos

Moeda estrangeira

Descrição	Indexador	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
4131 (a)					
Banco Votorantim	Pré fixada + pós fixada (CDI)	43.832	40.746	43.832	40.746
Total		<u>43.832</u>	<u>40.746</u>	<u>43.832</u>	<u>40.746</u>

Moeda nacional

Descrição	Indexador	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Capital de giro					
Banco Safra	Pré fixada + pós fixada (CDI)	79.290	78.246	80.154	78.246
Banco Paulista	Pré fixada + pós fixada (CDI)	-	3.751	-	3.751
Banco do Brasil	Pré fixada + pós fixada (CDI)	-	7.322	-	7.322
Banco Santander	Pré fixada + pós fixada (CDI)	-	2.992	-	2.992
Banco Votorantim	Pré fixada + pós fixada (CDI)	7.655	7.737	7.655	7.737
Banco ABC	Pré fixada + pós fixada (CDI)	38.532	38.309	38.532	38.309
Banco Itaú	Pré fixada + pós fixada (CDI)	15.035	2.136	14.171	2.136
BRDE	Pré fixada + pós fixada (Selic)	9.689	-	9.689	-
Banco BOCOM	Pré fixada + pós fixada (CDI)	6.790	-	6.790	-
Banco Daycoval	Pós fixada (CDI)	18.185	6.858	18.185	6.858
Total		<u>175.176</u>	<u>147.351</u>	<u>175.176</u>	<u>147.351</u>
Arrendamentos (Leasing)					
Banco Safra	Pré fixada	34	161	34	326
Banco Daycoval	Pré fixada	194	441	194	441
HP Financial	Pré fixada	2.636	2.449	2.636	2.449
Total		<u>2.864</u>	<u>3.051</u>	<u>2.864</u>	<u>3.216</u>
CDC					
Banco Safra	Pré fixada	289	415	289	688
Banco Bradesco	Pré fixada	238	520	238	732
Banco Itaú	Pré fixada	183	303	183	303
Total		<u>710</u>	<u>1.238</u>	<u>710</u>	<u>1.723</u>
Total de empréstimos e financiamentos		<u>222.582</u>	<u>192.386</u>	<u>222.582</u>	<u>193.036</u>
Circulante		<u>67.001</u>	<u>46.917</u>	<u>67.001</u>	<u>47.263</u>
Não circulante		<u>155.581</u>	<u>145.469</u>	<u>155.581</u>	<u>145.773</u>

(a) A operação financeira junto ao Banco Votorantim é objeto de cobertura de derivativos, conforme descrito na nota 14. Em 31 de dezembro de 2020, a variação cambial provisionada corresponde ao montante de R\$ 13.006.

Covenants financeiros

A Companhia não possui cláusulas de vencimento antecipado contendo índices financeiras atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

Cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado

Alguns instrumentos de dívida possuem cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado, de modo que poderão ser impactados e ter seu vencimento antecipado declarado em decorrência do vencimento antecipado e/ou descumprimento de obrigações relacionadas a outras dívidas da Companhia.

Taxas contratadas

O Grupo trabalha na data de 31 de dezembro de 2020 com juros pré-fixados e juros pós-fixados. As taxas médias de juros são:

Pré-fixado - Juros médios de 0,95 % a.m.

Pós fixados – Juros médios de CDI + 0,31% a.m.

Pós fixados – Juros médios de Selic + 0,30% a.m.

Garantias demais operações

Compõem as garantias para operações de empréstimos e financiamentos do Grupo os seguintes bens e direitos:

- Aval dos acionistas;
- Fluxo de carteira de cartão de crédito;
- Aplicações financeiras (nota explicativa 9);
- Fluxo de outros recebíveis (convênios);
- Ativos dos acionistas, sendo: Fazenda de Guarapuava, incluindo o ativo biológico; imóveis comerciais e residências; e
- Veículos diversos e outros bens móveis objetos de operação para aquisição dos mesmos.

Não há qualquer outro ativo do Grupo arrolado em outras operações financeiras.

Movimentações

As movimentações dos empréstimos e financiamentos no ano compreendem:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2018	138.112	138.643
Captações	160.552	160.912
Juros e atualizações	12.577	12.621
(-) Pagamento do principal	(105.852)	(106.097)
(-) Pagamento de juros	(13.542)	(13.582)
(-) Novos custos da transação	(1.795)	(1.795)
Amortização de custo da transação	2.334	2.334
Saldo em 31.12.2019	192.386	193.036
Captações	74.407	74.656
Juros e atualizações	26.484	26.521
(-) Pagamento do principal	(56.592)	(56.770)
(-) Pagamento de juros	(14.289)	(14.326)
(-) Novos custos da transação	(744)	(744)
Amortização de custo da transação	930	930
Exclusão pela venda da investida	-	(721)
Saldo em 31.12.2020	222.582	222.582
Cronograma de pagamento:		
2021		67.001
2022		44.603

2023	41.564
2024	39.230
2025	16.738
2026	10.959
2027	1.420
2028	1.067
Total	<u>222.582</u>

Custo da transação

Os custos de transações incorridos, incluindo encargos financeiros a transcorrer, ainda não apropriados ao resultado do Grupo nas renegociações de empréstimos junto aos Bancos do Brasil e Safra, foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento da operação. Abaixo movimento:

Saldo em 31.12.2019	<u>2.134</u>
(-) Novos custos da transação	744
Amortização de custo da transação	<u>(930)</u>
Saldo em 31.12.2020	<u><u>1.948</u></u>

25 Debêntures (Controladora e Consolidado)

	31.12.2020	31.12.2019
Primeira série (custo amortizado)	177.268	149.110
Segunda série (valor justo)	<u>49.236</u>	<u>40.602</u>
Total	<u>226.504</u>	<u>189.712</u>
Passivo circulante	226.504	88.806
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>100.906</u>
	<u>226.504</u>	<u>189.712</u>

A operação realizada em 29 de outubro de 2017 no montante total de R\$ 153.061 é composta por emissão de debêntures conversíveis em ações da Companhia, que foi realizada junto ao CWB - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica, está subdividida em duas séries. A primeira série possui vencimento final em 31 de outubro de 2021 e, a segunda série deverá ser liquidada até 31 de outubro de 2023, iniciando o direito de exercício a partir do 48º mês do contrato (31 de outubro de 2021) e em conjunto com o vencimento da primeira série.

A Companhia realizou antecipações de pagamentos dos vencimentos da série 1, nos meses de outubro e novembro de 2020 nos montantes de R\$ 10.000 e R\$ 15.000, respectivamente (zero em 2019). A antecipação seguiu os preceitos do disposto nas cláusulas contratuais, bem como a disponibilidade em caixa.

A conversão das ações somente é aplicável no caso de não pagamento das debêntures, sendo as ações da Companhia garantia do montante devido no vencimento final.

As premissas de remuneração do contrato caracterizam a operação como um contrato combinado de forma que no reconhecimento inicial, a primeira série R\$ 177.268 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 149.110 em 31 de dezembro de 2019) é registrada pelo custo amortizado, e, a segunda série R\$ 49.236 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 40.602 em 31 de dezembro de 2019) por valor justo.

Após o reconhecimento inicial, a primeira série é mensurada pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, e, a segunda série, anualmente é mensurada pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Movimentação dos saldos de debêntures

Movimentação	Debêntures série 1	Debêntures série 2	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	131.250	37.041	168.291
Parcela passivo circulante	3.693	-	3.693
Parcela passivo não circulante	127.557	37.041	164.598
(+) Apropriação custo da transação	2.013	-	2.013
(+) Atualização debênture - série 1	330	-	330
(+) Atualização debênture - série 2	-	3.561	3.561
(+) Incorporação de 50% dos juros - série 1 (*)	31.034	-	31.034
(-) Pagamento de juros	(15.517)	-	(15.517)
Total das movimentações	17.860	3.561	21.421
Saldo em 31 de dezembro de 2019	149.110	40.602	189.712
(+) Apropriação custo da transação	2.013	-	2.013
(+) Atualização debênture - série 1 (a)	68.340	-	68.340
(+) Atualização debênture - série 2 (a)	-	8.634	8.634
(-) Pagamento de principal	(25.000)	-	(25.000)
(-) Pagamento de juros	(17.195)	-	(17.195)
Total das movimentações	28.158	8.634	36.792
Saldo em 31 de dezembro de 2020	177.268	49.236	226.504
Parcela passivo circulante	177.268	49.236	226.504
Parcela passivo não circulante	-	-	-

(a) A atualização de juros da série 1 das debêntures é calculada pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. Ao calcular a taxa efetiva de juros a administração deve estimar os fluxos de caixa durante a vida esperada do instrumento financeiro. A série 2 é mensurada a valor justo. Em 2020, tendo em vista a melhor expectativa da Administração, tanto o cronograma de fluxos de pagamentos da série 1 quanto as premissas utilizadas no cálculo do valor justo da série 2 foram atualizados, impactando a taxa de juros efetiva no período e o cálculo da parcela mensurada a valor justo. Tais alterações resultaram em um incremento nas despesas financeiras referentes a atualização das debêntures de R\$ 42.049 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Primeira série

Cada uma das debêntures da primeira série fará jus a juros simples pré-fixados entre 14,5% a 16,5% a.a. nos primeiros 12 meses e 18% a.a. a partir do 13º mês, capitalizados semestralmente. O prazo de vencimento é de 48 meses a partir da emissão de Debêntures (29 de outubro de 2017). Foram emitidas 153.061.000 debêntures na modalidade no valor de R\$ 1 (um Real).

Para o cálculo do custo amortizado, foi considerado o fluxo previsto de pagamentos baseado na melhor estimativa da Administração.

Segunda série

A segunda série das debêntures é remunerada considerando:

a. Com evento de liquidez

Caso a empresa realize alguma operação de evento de liquidação maior que 20% das ações e deve remunerar a segunda série a 4,4% do valor econômico do Grupo; ou,

b. Sem evento de liquidez

A ser executado pelo credor entre outubro de 2021 e outubro de 2023, remunerada através do cálculo de EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) Ajustado* acumulado dos últimos doze meses x 8,5 x 4,4%.

(*) O EBITDA Ajustado é calculado com o objetivo de avaliação dos índices de covenants.

A soma da remuneração da série 1 e da remuneração da série 2 possuem um CAP onde caso o retorno recebido pela debenture (TIR) for maior que 22% em Dólar americano, 50% do que exceder este montante será descontado do custo da Companhia.

Custo da transação

Os custos de transações incorridos, ainda não apropriados ao resultado do Grupo no processo de emissão de debêntures foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento da operação. Abaixo detalhamento:

(a) Taxa de estruturação - Considerado a taxa de 2% do valor da operação, compreendendo o montante de R\$ 3.061, sendo realizado proporcional aos 48 meses da operação. Abaixo movimentação de amortização:

Contratação da taxa de estruturação	3.061
Apropriações	
2017	(128)
2018	(765)
2019	(765)
2020	(765)
	(765)
Saldo a apropriar	638

(b) Serviços especializados para análise preliminar, remodelagem e avaliação econômica e estratégica do Grupo, bem como orientação no preparo das informações e documentos, prospecção, abordagem e negociação com financiadores interessados, remunerados a taxa de sucesso de 3% dos recursos liberados líquidos dos impostos. O valor compreende o montante de R\$ 4.992. Abaixo movimentação de amortização:

Contratação de serviços especializados	4.992
Apropriações	
2017	(208)
2018	(1.248)
2019	(1.248)
2020	(1.248)
	(1.248)
Saldo a apropriar	1.040

Antecipações despesas

As antecipações de estruturação, ainda não apropriados integralmente no resultado do Grupo, foram reduzidas do valor efetivo recebido de debêntures, a título de adiantamento para despesas necessárias ao longo do prazo da operação para com obrigações do contrato e manutenção do Debenturista. O montante inicial reconhecido foi de R\$ 1.300, sendo apropriados conforme:

Contratação de serviços especializados	1.300
Apropriações	
2017	(54)
2018	(325)
2019	(325)
2020	(325)
	<hr/>
Saldo a apropriar	271

Covenants

Todos os índices de atingimento em 31 de dezembro de 2020, estão adequados ou a Companhia obteve *wavier* da debenturista, conforme segue abaixo.

Os covenants financeiros são (data-base anual para apuração: 31 de outubro):

- (a) Obrigação de não-oneração das ações do Grupo e do fluxo de caixa de dividendos; vedação do endividamento adicional, com exceção das linhas para capital de giro desde que o saldo adicional de tais linhas não ultrapasse R\$ 30.000; e
- (b) Indicador de liquidez através da fórmula: endividamento líquido (empréstimos e parcelamentos tributários, reduzido das disponibilidades) dividido pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) dos últimos 12 meses, a partir de outubro de 2017, devendo atingir no primeiro ano 3,5, no segundo ano 3,0, no terceiro ano 2,5 e no quarto ano 2,5; e
- (c) Distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas da emissora e/ou quotistas da Nissei Administradora, valor que exceda R\$ 4.000 ao ano, monetariamente corrigido pelo IGPM e líquido de impostos.

Tendo em vista aos esforços do Grupo para repactuação das dívidas através de contratação de linhas de créditos ou extensão das linhas existentes, o Grupo obteve, em 4 de dezembro de 2019 e 23 de abril de 2020, a anuência do Debenturista, com vigência até 31 de outubro de 2020 e 30 de novembro de 2020, respectivamente, quanto à não declaração do vencimento antecipado das obrigações do Grupo, no caso do não cumprimento da cláusula prevista no item (a) e (b), acima descritos.

Contudo, as anuências estão condicionadas ao cumprimento das seguintes obrigações, de forma cumulativa:

- A totalidade dos recursos captados nos novos financiamentos de longo prazo (assim considerados a soma dos valores principais em que são devidos após 31 de outubro de 2021) que ultrapassem o valor agregado de R\$ 140.000 deverão ser utilizados para fins de amortização das debêntures, conforme previsto no contrato inicial com a debenturista (quitação antecipada facultativa).

- Quando do recebimento pelo Grupo de valores oriundos de precatórios no valor mínimo de R\$ 35.000, sendo certo a utilização para amortização facultativa previstas no contrato com a debenturista;
- Autorização para utilização de bens do sócio controlador em garantia de operações financeiras relacionadas;
- Pagamento de waiver fee em favor da Debenturista, no valor de R\$ 450, o mesmo será adicionado aos montantes devidos por conta da operação inicial; e
- Permanecer adimplente com todas as obrigações assumidas em âmbito da escritura e do contrato de alienação fiduciária.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu as condições estabelecidas acima.

Adicionalmente, o Grupo obteve em 25 de agosto de 2020, uma carta formalizando e consolidando as anuências e aprovações prévias já obtidas da debenturista (CWB – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica) para a realização das operações abaixo descritas, as quais eram objeto de covenant no contrato de debêntures. As tratativas para as respectivas transações já eram previstas no contrato inicial com a debenturista e foram previamente aprovadas pelos debenturistas. Abaixo os assuntos aprovados:

- Distribuição de dividendos a pagar para os acionistas – R\$ 7.000;
- Operações de compra e venda de imóveis por meio das quais a Nissei Administradora adquiriu três imóveis da Companhia, pelo valor global de R\$ 15.619;
- Operação de venda das quotas da Comércio de Medicamentos Maeoka na totalidade (1% do capital), juntamente com o prejuízo da operação no resultado do Grupo, bem como dispensa de aportes adicionais pelos acionistas do Grupo. Detalhes dos movimentos da operação estão na nota explicativa 17;
- Operação de venda das quotas da Nissei Administradora de bens na integralidade (99,9641% do capital), conforme descrito na nota explicativa 15.

Considerando que a anuência prévia obtida em 04 de dezembro de 2019, em relação ao não cumprimento da cláusula relacionada ao atingimento do indicador de liquidez explicada no item (b) acima, venceu em 31 de outubro de 2020, o Grupo obteve, em 30 de outubro de 2020, nova anuência do Debenturista. A nova anuência formaliza a não declaração do vencimento antecipado das obrigações do Grupo, no caso do não atingimento do referido indicador de liquidez.

Garantias

A operação está garantida por:

- (a) alienação fiduciária da totalidade das ações do Grupo.
- (b) cessão fiduciária parcial dos dividendos distribuídos,
- (c) garantia pessoal (aval) do acionista controlador.

26 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Salários a pagar	10.904	9.253	10.904	9.278
FGTS a recolher	1.526	1.323	1.526	1.326
INSS a recolher	5.035	4.297	5.035	4.306
Provisão de férias e encargos	18.572	17.340	18.572	17.340
Prêmios de produtividade e campanhas	9.731	6.735	9.731	6.735
Outras obrigações trabalhistas	499	676	499	713
	46.267	39.624	46.267	39.698

27 Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
PIS e COFINS a recolher	166	745	166	754
IRPJ a recolher (a)	2.401	-	2.401	45
CSLL a recolher (a)	897	-	897	18
ICMS ST - Substituição tributária a recolher (b)	16.240	4.136	16.240	4.135
Outros impostos e taxas	2.431	1.810	2.431	1.812
	22.135	6.691	22.135	6.764

- (a) Os montantes a pagar e provisionados de IRPJ e CSLL estão detalhados na nota explicativa 36.
- (b) O incremento na rubrica de ST – Substituição Tributária a recolher está diretamente vinculado com a mudança do regime tributário do Centro de Distribuição Colombo-PR, mencionado na nota explicativa 12, e aos impostos de competência de março e abril, contemplados no pedido extraordinário de dilação de prazo, protocolado junto à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, em análise, com status de aguardando conclusão de Contrato/Convênio.

28 Parcelamentos de tributos

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras, estão compostos de parcelamentos de tributos realizados pela controladora, sendo que os saldos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
REFIS				
Programa de regularização tributária – PRT	16.594	18.957	16.594	18.957
Programa especial de regularização tributária – PERT	10.885	11.840	10.885	11.840
	27.479	30.797	27.479	30.797
Outros				
Lei 10552/2002	-	-	-	323
Parcelamento Ordinário - Receita Estadual Paraná	1.134	-	1.134	-
	1.134	-	1.134	323
Total dos parcelamentos	28.613	30.797	28.613	31.120
Passivo circulante	4.227	3.182	4.227	3.353
Passivo não circulante	24.386	27.615	24.386	27.767

A manutenção do Grupo nos programas de parcelamento acima mencionados depende do atendimento de várias condições, sobretudo da continuidade do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da Lei, e do pagamento dos tributos vencidos. O não pagamento de três parcelas acarretará o vencimento do débito total em aberto, com a imediata apuração do saldo devedor originário e incidência de todos os acréscimos legais.

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo está atendendo as condições necessárias para a sua manutenção dos programas.

29 Outros débitos

Abaixo demonstramos a composição dos saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Mútuos a pagar (a)	-	1.674	-	-
Juros sobre o capital próprio (b)	935	-	935	-
Adiantamento – negociações comerciais	5.392	2.257	5.392	2.257
Outros valores a pagar	1.515	1.727	1.515	4.090
	7.842	5.658	7.842	6.347
Passivo circulante	7.842	3.984	7.842	6.347
Passivo não circulante	-	1.674	-	-

- (a) Os valores em aberto referem-se valores de mútuo a pagar aos acionistas. As condições negociadas entre as partes. Vide nota explicativa 17.
- (b) O valor de juros sobre o capital próprio a pagar refere-se ao montante autorizado em 31 de dezembro de 2020 sobre o patrimônio líquido da Companhia levantados na respectiva data, atendendo os preceitos da legislação vigente.

30 **Provisão para contingências e depósitos judiciais (Controladora e Consolidado)**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Demandas prováveis		
Trabalhistas e previdenciárias	6.704	2.270
Cíveis e administrativas	<u>654</u>	<u>5.592</u>
	7.358	7.862
Depósitos judiciais		
Trabalhistas e previdenciárias	5.094	4.755
Cíveis e administrativas	<u>266</u>	<u>299</u>
	5.360	5.054

Contingências trabalhistas e previdenciárias

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores questionando diferenças no recebimento de horas extras com consequente diferença em verbas rescisórias e questionando a aplicação do intervalo disposto no artigo 384 da CLT.

Em 31 de dezembro de 2020 houve mudança na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, devidamente pautada no andamento do processo, anteriormente classificado como possível, bem como atualização dos montantes anteriormente considerados. O processo refere-se as compensações previdenciárias efetuadas em obrigações assessorias, enviadas a Receita Federal no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2015, as quais no período foram consideradas como viável de tratativas administrativas, bem como certas de compensação. O montante envolvido e devidamente provisionado como risco de perda provável no fechamento do exercício é de R\$ 4.390.

Contingências cíveis

O Grupo figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

A Companhia obteve sentença não favorável no processo cível, ajuizamento em 16 de dezembro de 2010 por terceiros, considerando discordância entre as partes em cláusulas contratuais na aquisição de pontos comerciais. Em 27 de novembro de 2020 houve o pagamento definitivo do processo, devidamente provisionado como provável anteriormente, no montante de R\$ 5.655, não havendo quaisquer outras tratativas.

Contingências possíveis

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ R\$ 8.713 (R\$ 7.682 em 31 de dezembro de 2019), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS não requerem sua contabilização.

31 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social está representado por 152.042.534 ações ordinárias nominativas, sem de valor nominal, correspondente a R\$ 21.720 (21.720.362 ações, correspondentes a R\$ 21.720 em 31 de dezembro de 2019), pertencentes conforme segue:

Em 31 de dezembro de 2019 - Patrícia Maeoka (1%), Alexandre Maeoka (1%) e Sergio Maeoka (98%).

Em 31 de dezembro de 2020 - Patrícia Maeoka (1,53%), Alexandre Maeoka (1,53%) e Sergio Maeoka (96,94%).

A Companhia aprovou em 13 de outubro de 2020 através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento das 21.720.362 (vinte e uma milhões, setecentas e vinte mil, trezentas e sessenta e duas) ações ordinárias representativas do capital social à razão de 7 (sete) ações ordinárias para cada 1 (uma) ação ordinária existente, cujas frações serão canceladas, resultando em um total de 152.042.534 (cento e cinquenta e duas milhões, quarenta e duas mil, quinhentos e trinta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Com exceção da alteração do número de ações de emissão da Companhia, o desdobramento não resulta na modificação do valor total do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares. O desdobramento foi operacionalizado e efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos das ações de emissão da Companhia.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, podendo ser utilizada na absorção de prejuízos acumulados.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

A controlada Nissei Administradora de Bens optou pela mensuração de certos ativos imobilizados, na data de transição para as normas CPC's e IFRS, pelo custo atribuído daquela data. Em decorrência da adoção do custo atribuído foram efetuados o registro de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, líquido do efeito do imposto de renda passivo diferido. O valor desta reserva foi integralmente realizado por conta da alienação do investimento do Grupo na controlada (vide nota explicativa 18).

d. Destinação do lucro

Em conformidade com a legislação societária, após absorção de prejuízos acumulados, retenção de 5% para reserva legal e distribuição de dividendos mínimos de 10%, o estatuto do Grupo confere aos acionistas o direito de transferir o saldo remanescente para reservas de lucros ou optar pela distribuição adicional de dividendos (limitado aos covenants da Debênture – nota explicativa 24).

Em 31 de dezembro de 2020 os acionistas aprovaram em atos societários legais a distribuição de dividendos no montante de R\$ 9.272, realizada através de reserva de retenção de lucros, após a absorção do prejuízo do exercício.

e. Juros sobre o capital social

A Companhia aprovou em 31 de dezembro de 2020, o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 1.100, atendendo os preceitos legais.

f. Venda de investimentos entre acionistas

A Companhia optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda. para se controlador, desvinculando-se na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. O valor da venda das quotas na integralidade corresponde ao montante de R\$ 87.000, que ajustado ao valor presente à taxa 100% do CDI, considerando como base a taxa de remuneração dos investimentos em aplicações financeiras da Companhia (CDB), perfaz o montante de R\$ 84.426 a receber em 31 de dezembro de 2020. Considerando que o valor de investimento na data da transação era de R\$ 107.299, tal transação resultou em perda de R\$ 23.723. As informações adicionais da operação de venda consta na nota explicativa 18.

32 Receita líquida de vendas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Receita operacional bruta				
Vendas de mercadorias	1.670.231	1.536.271	1.670.465	1.536.271
Verbas de marketing e publicidade (a)	16.490	17.874	16.490	17.874
Prestação de serviços	7.883	3.670	7.883	5.414
	1.694.604	1.557.815	1.694.838	1.559.559
Deduções sobre vendas/serviços				
Impostos sobre vendas/ serviços (b)	(70.902)	(52.052)	(70.902)	(52.052)
Devoluções e abatimentos	(10.785)	(8.033)	(10.785)	(8.033)
	<u>(81.687)</u>	<u>(60.085)</u>	<u>(81.687)</u>	<u>(60.085)</u>
Receita líquida de vendas	<u>1.612.917</u>	<u>1.497.730</u>	<u>1.613.151</u>	<u>1.499.474</u>

O Grupo mantém mix amplo de mercadorias para a venda, sendo: medicamentos (marca, genérico, similar) ii) higiene e beleza, iii) Serviços e Manipulação, iv) Conveniência e v) Alto Custo.i). As vendas são realizadas exclusivamente no mercado doméstico, focado na região Sul do Brasil, diretamente a consumidores.

- (a) Os saldos registrados na rubrica “Verbas de marketing e publicidade” compreendem os acordos comerciais de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio, bem como demais serviços de exposição de produtos e marcas de indústrias de higiene e beleza, conveniência e/ou laboratórios de medicamentos.
- (b) Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

Receita de vendas por tipo de produto

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Vendas de mercadorias				
Medicamentos	965.349	921.221	965.349	921.221
Marca	667.538	681.505	667.538	681.505
Genérico	195.750	178.882	195.750	178.882
Similar	102.061	60.834	102.061	60.834
Higiene e beleza	562.337	482.429	562.337	482.429
Manipulação	10.427	9.227	10.427	9.227
Conveniência	118.440	111.698	118.440	111.698
Alto Custo	2.893	3.663	2.893	3.663
	1.659.446	1.528.238	1.659.446	1.528.238
Outras vendas				
Verbas de marketing e publicidade (a)	16.490	17.874	16.490	17.874
Prestação de serviços	7.883	3.670	8.162	5.414
Impostos sobre vendas/serviços (b)	(70.902)	(52.052)	(70.947)	(52.052)
	(46.529)	(30.508)	(46.295)	(28.764)
Receita líquida de vendas	1.612.917	1.497.730	1.613.151	1.499.474

33 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Mercadorias vendidas	1.059.907	992.489	1.060.365	992.500
Despesas de pessoal	274.053	256.994	274.299	257.506
Depreciação e amortização	78.578	69.402	79.149	70.384
Propaganda e publicidade	6.504	6.161	6.504	6.161
Taxas de administração de operadoras de cartões	18.586	14.404	18.586	14.404
Fretes e carretos	7.951	6.806	7.951	6.806
Serviços de terceiros	33.056	28.557	33.191	28.876
Despesas com manutenção	11.215	10.258	11.302	10.338
Outros	49.697	47.650	49.089	49.555
Total	1.539.547	1.432.721	1.540.436	1.436.530
Classificados como				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	1.059.907	992.489	1.060.365	992.500
Despesas administrativas	70.605	65.759	71.036	69.557
Despesas comerciais	406.359	372.698	406.359	372.698
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	2.676	1.775	2.676	1.775
Total de despesas	1.539.547	1.432.721	1.540.436	1.436.530

34 Outras receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Outras receitas				
ICMS-ST - não definitivo de períodos retroativos (a)	55.226	-	55.226	-
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (b)	5.372	-	5.372	-
Ganho na venda de ativo imobilizado (c)	3.001	-	3.001	-
Ganhos na avaliação do valor justo de ativos (d)	-	-	-	2.512
Outras receitas	573	792	667	841
Total	64.172	792	64.266	3.353
Outras despesas				
Perdas em outros ativos com partes relacionadas (e)	6.908	-	6.908	-
Perdas na avaliação do valor justo de ativos (d)	-	-	3.390	-
Outras despesas	668	-	668	-
Total	7.576	-	10.966	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	56.596	792	53.300	3.353

- (a) Vide nota explicativa 12.
(b) Vide nota explicativa 12.
(c) Vide nota explicativa 16.
(d) Vide nota explicativa 19.
(e) Vide nota explicativa 17 (a).

35 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Receita financeira				
Rendimentos com aplicações financeiras	1.667	21	1.667	21
Provisão resultado positivo – Swap(a)	12.193	-	12.193	-
Resultado positivo – Swap	649	-	649	-
Atualização - processo tributário (b)	2.122	-	2.122	-
Atualização de precatórios (c)	2.682	11.390	2.682	11.390
Outros - receitas financeiras	1.457	617	1.616	625
Total	20.770	12.028	20.929	12.036
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimos (f)	81.765	45.153	81.765	45.197
Juros sobre garantia e antecipações	2.446	3.135	2.446	3.135
Resultado negativo – Swap(a)	-	144	-	144
Ajuste a valor presente (d)	17.955	21.379	17.955	21.379
Juros passivos	247	269	247	269
IOF	861	1.697	861	1.697
Despesas bancária	1.112	1.026	1.112	1.026
Atualização Debênture – Série 2 (f)	8.634	3.561	8.634	3.561
Variação Cambial	13.059	19	13.059	19
Outras despesas financeiras	4.534	4.041	4.579	4.084
Juros de arrendamentos (e)	16.784	15.918	16.784	15.918
Total	147.397	96.342	147.442	96.429

- (a) Detalhes do montante de R\$ 12.193 estão na nota explicativa 14.
- (b) Detalhes do montante de R\$ 2.122 estão na nota explicativa 12.
- (c) Detalhes do montante de R\$ 2.682 e (R\$ 11.390 em 2019) estão na nota 13.
- (d) O ajuste de valor presente é calculado sobre as compras de mercadorias para revenda, com prazo de pagamento superior à 30 dias.
- (e) O custo com arrendamento são os juros dos contratos de arrendamentos apresentados na nota explicativa 23.
- (f) Detalhes da movimentação dos impactos financeiros para a série 1 e série 2, estão na nota explicativa 25 (a).

36 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

a. Conciliação de imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e a contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, referem-se:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(598)	(18.370)	(498)	(18.096)
Imposto utilizando a alíquota nominal vigente (34%)	193	6.246	169	6.153
(+) Adições permanentes	(28.250)	(21.019)	(28.250)	(21.019)
Amortização de arrendamentos (CPC 6 (2) / IFRS 16)	(16.628)	(14.984)	(16.628)	(14.984)
Juros de arrendamento (CPC 6 (2) / IFRS 16)	(5.707)	(5.412)	(5.707)	(5.412)
Perda por equivalência patrimonial	(1.328)	-	(1.328)	-
Perdas em outros ativos com partes relacionadas	(2.349)	-	(2.349)	-
Perdas em outros recebíveis	(1.894)	-	(1.894)	-
Outras adições (brindes/multas/outras)	(344)	(623)	(344)	(623)
(-) Exclusões permanentes	20.477	18.553	20.477	18.553
Contraprestação arrendamento (CPC 6 (2) / IFRS 16)	20.477	18.504	20.477	18.504
Ganho de equivalência patrimonial	-	49	-	49
Imposto de renda sobre base presumida de controlada	-	-	(47)	(272)
Outros	1.673	346	1.643	440
Total	(5.937)	4.126	(6.008)	3.855
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	(18.249)	-	(18.370)	(372)
Receita de imposto de renda e contribuição social diferido	12.312	4.126	12.362	4.227
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(5.937)	4.126	(6.008)	3.855
Alíquota efetiva	418,7%	22,5%	445,7%	21,3%

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Na controladora, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$ 26.694 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 14.383 em 31 de dezembro de 2019), são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente, para os quais não há prazos para prescrições, com realização prevista, conforme divulgado abaixo no item (c).

No consolidado, o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, no montante de R\$ 23.618 em 31 de dezembro de 2019, eram decorrentes da reavaliação patrimonial de ativos na controlada Nissei Administradora de Bens de Ltda.. Não há saldos para o consolidado de 31 de dezembro de 2020, considerando a venda integral da participação societária, conforme descrito na nota explicativa 18.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos consolidado em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 referem-se a:

	<u>Balanco patrimonial</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Ativo não circulante				
Provisões de perdas estimadas nos estoques	2.271	766	1.506	(140)
Provisões de perdas estimadas no contas a receber	270	908	(638)	604
Provisões trabalhistas (campanhas, reajustes salariais)	4.043	2.545	1.498	1.437
Provisões financeiras (debêntures - serie 2) (a)	16.740	2.303	14.437	1.211
Provisões para contingências – trabalhistas	2.279	772	1.508	209
Provisões para contingências – cíveis	222	1.901	(1.679)	(396)
Variação cambial - contratos financeiros (b)	4.422	-	4.422	-
Instrumentos financeiros derivativos (b)	(4.146)	-	(4.146)	-
Outras constituições	593	346	246	347
Prejuízos fiscais a compensar (c)	-	4.842	(4.842)	854
Total ativo não circulante	<u>26.694</u>	<u>14.383</u>	<u>12.312</u>	<u>4.126</u>

(a) Detalhe nota explicativa 25 b.

(b) Detalhe notas explicativas 14 e 24 a.

(c) A Companhia compensou o prejuízo fiscal (30% da base de imposto de renda e contribuição social), não tendo em 31 de dezembro de 2020, prejuízos fiscais utilizados como base para constituição de impostos diferidos.

c. Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance do Grupo, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário será recuperado de acordo com o seguinte cronograma:

Cronograma de recuperação	
2021	25.193
2022	1.298
2023	136
2024 em diante	<u>67</u>
Total	<u>26.694</u>

37 Instrumentos financeiros

(i) Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Risco de liquidez e estrutura de capital

Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos do Grupo, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital do Grupo. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Grupo possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos do Grupo, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pelo Grupo.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

As contas a receber são representadas, em grande parte por saldos com operadoras de cartão de crédito, para as quais a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que o Grupo faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, o Grupo monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras Companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

Os fluxos de caixa futuros referentes à provisão pagamento debêntures podem ser diferentes dos montantes apresentados, uma vez que as condições relevantes das transações podem mudar.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures (incluindo curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes, caixa e aplicações financeiras e derivativos. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 31 dezembro de 2019 e podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Total dos financiamentos e empréstimos	222.582	192.386	222.582	193.036
Debêntures	226.504	189.712	226.504	189.712
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(65.186)	(80.402)	(65.186)	(80.426)
(-) Aplicações financeiras	(841)	(10.001)	(841)	(10.001)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	(12.193)	-	(12.193)	-
Dívida líquida	370.866	291.695	370.866	292.321
Patrimônio líquido	29.809	70.410	29.809	70.454
Índice de alavancagem financeira	12,44	4,14	12,44	4,15

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os saldos do balanço consolidado divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2020				
Financiamentos e empréstimos	67.001	37.846	104.234	13.501
Debêntures (série 1 + série 2)	226.504	-	-	-
Fornecedores	261.671	-	-	-
Passivo de arrendamento	39.504	45.775	61.949	8.279

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, como os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pelo Grupo, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar o risco de mercado, em especial o risco cambial nas operações de empréstimos com taxas estrangeiras. A política é proteger a exposição estimada em moeda estrangeira por meio de swaps de taxas de câmbio.

(ii) Categoria de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (consolidado)

	31.12.2020	31.12.2019
Ativos financeiros		
<i>Avaliados ao custo amortizado:</i>		
Caixa e equivalentes de caixa	65.186	80.426
Aplicações financeiras	841	10.001
Contas a receber de clientes	100.149	84.927
Outras contas a receber	137.821	75.132
	303.997	250.486
 Passivos financeiros		
<i>Avaliados ao custo amortizado:</i>		
Fornecedores	261.671	254.658
Empréstimos e financiamentos	222.582	193.036
Debênture série 1	177.268	149.110
Outras contas a pagar	7.842	6.347
	669.363	603.151

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo (consolidado)

	31.12.2020	31.12.2019
Ativos financeiros		
Instrumento financeiro derivativo – SWAP	12.193	-
 Passivos financeiros:		
Debêntures série 2	49.236	40.602

(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 para os instrumentos financeiros do Grupo de ativo financeiro ao custo amortizado, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas à receber e para o grupo de “Passivo financeiro ao custo amortizado” que abrange principalmente, fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures (série 1) do Grupo, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Técnica de avaliação e inputs significativos não observáveis

As técnicas de valorização utilizadas na mensuração do valor justo de Nível 3 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial (debêntures - série 2), assim como os inputs não observáveis significativos utilizados, foram:

Previsão pagamento debêntures

<p>Técnica de avaliação</p> <p>a. Com evento de liquidez Caso a empresa realize alguma operação de evento de liquidação maior que 20% das ações e deve remunerar a segunda série a 4,4% do valor econômico do Grupo, ou,</p> <p>b. Sem evento de liquidez A ser executado pelo credor entre outubro de 2021 e outubro de 2023, remunerada através do cálculo de EBITDA acumulado dos últimos doze meses x 8,5 x 4,4%.</p>	<p>Inputs significativos não observáveis</p> <p>Previsão da taxa de crescimento anual da receita</p> <p>Previsão da margem do EBITDA</p> <p>Taxa de desconto ajustada ao risco</p>	<p>Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo</p> <p>O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a taxa de crescimento anual da receita fosse maior (menor); • a margem do Ebitda fosse maior (menor); ou • a taxa de desconto ajustada o risco fosse menor (maior). <p>Normalmente, uma mudança na taxa de crescimento anual da receita é acompanhada por uma mudança similar na margem do EBITDA</p>
<p>Técnica de avaliação</p> <p>O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros.</p>	<p>Inputs significativos não observáveis</p> <p>Não aplicável.</p>	<p>Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo</p> <p>Não aplicável.</p>

(iv) Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros do Grupo. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional do Grupo, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Grupo foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2020 (saldo contábil tendo por base o CDI de 1,90% acumulado doze meses) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2020:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	222.582	(1.057)	(2.115)

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo está exposto principalmente à variação cambial do euro e do dólar norte-americano.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade do Grupo ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essas moedas estrangeiras. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir, representam um aumento ou uma diminuição no resultado e no patrimônio líquido quando houver uma valorização ou desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão.

	2020		2019	
	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano
Resultado	4.383	-	3.298	762

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qual uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

38 Resultado por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação. A Companhia possui ações potenciais na forma de debêntures conversíveis emitida.

Nenhum ajuste é requerido no lucro diluído por ação visto que seria anti-diluído.

	<u>Consolidado</u>	
	31.12.2020	31.12.2019
Prejuízo do período	(6.506)	(14.241)
Média ponderada de ações ordinárias (unidades)	152.042.534	152.042.534
Ações ordinárias existentes (a)	152.042.534	152.042.534
Prejuízo por ação básico e diluído (em Reais)	(0,043)	(0,094)

(a) Detalhes do desmembramento de ações constam na nota explicativa 31 a.

39 Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 as transações que não envolveram caixa são principalmente: (i) o ganho tributário com créditos tributários descritos na nota 12, (ii) venda de ativos imobilizados – nota 20, (iii) venda de investimento nota 18 e (iv) perda ao valor recuperável do crédito de precatório – nota 17 (a) e 13, juros sobre o capital próprio – nota 17 (f), realização de dividendos a pagar com antecipações de anos anteriores e mútuos de acionistas – nota 17.

40 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para bens sujeitos a riscos nos montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando sua natureza de atividade.

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 360.562 para danos materiais.

A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2020 cobertura para responsabilidade cível de administradores e diretores (D&O), sendo o limite de garantia de R\$ 50.000.